



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO

**EWERTON MATHEUS MENEZES SOUSA BRITO**

O conceito de violência na obra “*De la excelencia de la nueva milicia*” (1132-1136)

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

Jardim Rosa Elze s/n - São Cristóvão (SE) CEP 49.100-00

## O conceito de violência na obra “*De la excelencia de la nueva milicia*” (1132-1136)

Acadêmico: Ewerton Matheus Menezes Sousa Brito

Prof. Orientador: Bruno Gonçalves Alvaro

Monografia apresentada como requisito  
parcial para conclusão do Curso de  
História-Licenciatura, do Setor de  
Ciências Humanas.

**SÃO CRISTÓVÃO-SE**

**2015**

## AGRADECIMENTOS

Eis meu espaço para louvar a gratidão!

Primeiramente a mim mesmo por que sem eu isso nada mais sairia do papel, agradeço a minha coragem de nunca ter desistido e feito Direito.

À minha mãe, que sabiamente me expulsou de casa e com amor no pé mandou ser alguém.

Ao Pedrinho, que como um irmão pentelho deve ser, serviu para ser um amigo para todas as horas e momentos, devo-lhe muito.

Ao meu orientador Bruno Gonçalves Alvaro, responsável por me lembrar que educação é antes de tudo um ato de amor ao seu trabalho.

Ao Eike por ter sido nada mais do que um primo inútil na minha vida, porém sempre presente.

À Huguslan que conseguiu de tornar minha vida miserável ao me obrigador a ouvir Lady Gaga e afins.

À Kayque, Jhônatas, Romulo, Karen, Pablo, Lion, Paulinha por serem eternos Brothers mesmo que distantes.

Ao Breno por ter preparado meu almoço sob a promessa de usar venenos.

Ao J. Antônio que em sua eterna donzelisse incessantemente todos os dias me deu uma carona salvadora.

À Fernanda Carvalho, que garantiu que a cada dia eu me esforçasse um pouco mais, às vezes a odiando, outras a amando.

À Jackeline pelo café gostoso!

Ao Resun, talvez seja graças a ele que eu esteja vivo até os dias de hoje.

Ao Riso e Fantasia por terem me mostrado a alegria

Aos livros e quadrinhos que permitiram criar meu próprio universo e destruí-lo várias vezes com o amor de um escritor frustrado.

Ao Brasil por ter me garantido uma educação pública e satisfatória.

E principalmente a todos que nesses quatro anos me fizeram crescer e sorrir, mesmo que seus nomes não estejam aqui, saibam que para sempre serão guardados em meu coração e que essa monografia existe graças a cada um de vocês.

## **RESUMO**

Esta monografia tem por objetivo analisar a contínua evolução das justificativas eclesiásticas para a violência, com maior foco na análise da obra escrita pelo monge cisterciense Bernardo de Claraval, *De la excelencia de la nueva milicia*, que foi destinado a recente Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Trabalhamos com a hipótese de que as legitimações para a prática da guerra para a comunidade cristã possuem como todo texto uma metalinguagem capaz de ilustrar o indivíduo e a sociedade que influenciou tal escritor. Entre esses dois polos oras convergentes outras divergentes, cristianismo e violência, guerra e justiça, exploramos um horizonte de reflexões sobre o tema da violência e sua relação direta com os anseios da sua sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** VIOLÊNCIA, IGREJA, MENTALIDADE.

## **ABSTRACT**

This paper aims to examine the continuing evolution of the ecclesiastical justifications for violence, with greater focus on the analysis of the work written by the Cistercian monk Bernard of Clairvaux, *De la excellence de la nueva militia*, which was for the recent Order of the Knights of Christ. We hypothesized that the legitimations for the practice of war for the Christian community have all text as a metalanguage able to illustrate the individual and society that influenced this writer. Between these two poles duh other convergent divergent, Christianity and violence, war and justice, we explore a horizon of reflections on the theme of violence and its direct relationship with the desires of their society.

**KEY-WORDS:** VIOLENCE, CHURCH, MENTALITY.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1.CAPÍTULO I:CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A VIOLÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NO MEDIEVO.....</b>	<b>6</b>
1.1A teoria teológico-filosófico sobre a violência em Santo Agostinho: A guerra justa.....	7
1.2. Adentrando a Idade Média: Crescimento demográfico, feudalismo e violência .....	10
1.3. A Paz e a Trégua de Deus: Mecanismos para a tentativa da contenção da violência cavaleiresca.....	20
<b>2.CAPÍTULO II:IGREJA, GUERRA E VIOLÊNCIA: BERNARDO DE CLARAVAL, OS TEMPLÁRIOS E O ESPAÇO DE JUSTIFICAÇÃO DO DISCURSO.....</b>	<b>35</b>
2.1. O espaço: As Cruzadas.....	37
2.2 A espiritualidade cristã do século XII: Debates acerca dos significados e símbolos que compactuam com o fenômeno social da violência.....	40
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

A violência permitiu desde a origem da humanidade uma capacidade de transformar não apenas os espaços físicos, mas também as relações de poder, recheando a História de episódios que em momentos de tensão o lado mais forte sobrepuja o adversário e impõe uma nova forma de agir e pensar. Contudo, todas as ações em nível macro necessitam obrigatoriamente de um discurso que a legitime e conquiste apoio para sua causa, tornando-a menos onerosa e mais fácil de ser imposta. Duas manifestações sociais que refletem a mentalidade da sociedade que a produziu, porém no período medieval ambas estavam conectadas de uma forma completamente especial, nos servindo como espelho e reflexo, luz e trevas de uma cosmovisão que em sua plenitude se apagou.

Compreender e limitar a violência é um desafio, não apenas pela interdisciplinaridade que tal tema exige, mas por possuir formas e julgamentos de valores que perpassam por cada sociedade, um discurso codificado em várias camadas de metalinguagem criado e recriado com o propósito de coordenar, manipular e garantir as relações de poder. Algumas conceituações sobre a violência dentro da perspectiva do contemporâneo do período medieval já foram e continuam sendo pesquisadas por intelectuais em suas mais diversas metodologias, entre eles destacamos: Thomas Bisson, Thimoty Reuter, Chris Wickham, Alain Guerreau e Georges Duby.

Buscando estender nosso horizonte de reflexão seguimos um caminho de debater as pesquisas já realizadas e confrontá-las com a análise de algumas fontes primárias, assim pudemos ponderar a respeito das percepções sobre violência presente dentro do próprio corpo eclesiástico e suas justificações para tal manifestação social.

Escolhemos alguns projetos e pensadores específicos integrantes do clero do período medieval, localizados em áreas de conflitos políticos e militares, buscando determinar como a Igreja como um corpo heterogêneo conseguiu adaptar ao longo do tempo a percepção de guerra ao cotidiano de seus crentes. Buscando o fim dos estereótipos criados *a posteriori* do evento pesquisado, colocando o personagem e a instituição em seu devido contexto históricos, analisando o período não mais como extremamente violento ou mais pacífico, e sim o compreendendo em sua própria percepção cultural.

Neste caso, partimos da percepção de demarcar o período medieval entre o intervalo da queda do Império Romano Ocidental (476) e a destruição de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453. Logo, é notável a importância das estruturas de pensamento herdeiras da cultura romana e helenística para a cultura medieval. Como Le Goff apresenta: “O Ocidente medieval nasceu das ruínas do mundo romano. Nelas encontrou ao mesmo tempo apoios e desvantagens. Roma foi seu alimento e sua paralisia”.<sup>1</sup>

Por consequência, as principais fontes primárias analisadas nesta monografia são discursos e obras realizadas por integrantes do clero, herdeiros de uma tradição judaico-romana, todas elas foram escritas em latim com o objetivo de solucionar problemas reais da comunidade cristã, analisamos: *A Cidade de Deus*, *De la excelencia de la nueva milicia*, entre outros.

Cada uma delas contém em seus textos uma rede de significados e símbolos que formaram homens e mentalidades, servindo-lhes como norte para suas ações e justificativas para seus anseios. Os conceitos de Deus, modelo de cristão, percepção sobre a guerra e contemplação divina que cada um deles desenvolve foram selecionados com o interesse de que em suas palavras buscassem responder várias perguntas, uma delas era: como associar a violência à justiça divina?

Para tamanha resposta foi necessário adentrar na historicidade de cada transformação, procurando na mentalidade uma História de longa duração que nos permitiu desmiuçar tal tema, uma História Social, percepção que nos orienta a imaginar a cultura como um espaço de permanência e adaptação, que enxerga na tradição e na violência uma relação de poder preservado pelas gerações, onde tal manifestação social garantia uma sustentação a estrutura social do medievo.

(...) Seria esquecer que não existe conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação. Sob a condição, é verdade, de que a aproximação diga respeito a realidades ao mesmo tempo diversas e não obstante aparentadas. (...) É preciso, é claro, no entanto, que exista na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer. Portanto, acreditamos compreender estes homens estudando-os apenas em suas reações diante das circunstâncias particulares de um momento? Mesmo para o que eles são nesse momento, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, podem despertar muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas permanecerão na sombra. Uma experiência única é sempre

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 19.

impotente para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte, para fornecer sua própria interpretação.<sup>2</sup>

O primeiro capítulo dessa presente pesquisa está estruturado em dois focos centrais que se correlacionam em medida e interesse. Na primeira parte apresentamos uma reflexão sobre a historicidade das justificativas eclesiásticas para a violência, analisando autores, tradições e espaços que modificaram a estrutura de pensamento do período e que ditaram uma tendência teológica durante todo o período medieval.

Trabalhamos com a ideia de uma sociedade complexa e conectada, não necessariamente unida, onde as instituições sociais se misturavam em relações de parentescos e interesse. Problematicar a política, economia, religiosidade e tradição na Idade Média, com maior enfoque a partir do século XI e XII, como relações intercambiais de poder, enfatizando que eles estavam relacionados e intimamente ligados, não permitindo a dicotomia entre tais fenômenos sociais. Não pode-se falar de política no medievo sem tocar nos temas da fé e religiosidade, da mesma forma que é impensável propor o contrário.

Possuindo em vista tal realidade, examinaremos as heranças filosóficas inspiradas pelas palavras de Jesus Cristo, relacionando a pacificação completa e imediata para todos os seres humanos com a realidade que a Igreja passou durante vários momentos de conflito militar, buscando responder perguntas primordiais para sua sobrevivência como instituição social predominante: Como aproximar as Escrituras a necessidade por proteção? Qual a imagem do cristão verdadeiro?

Na solução para tais questões, que alguns discursos eclesiásticos incansavelmente buscaram respondê-las, especialmente nas obras de Santo Agostinho e Bernardo de Claraval, situamos a análise da violência em um projeto de longa duração, uma manifestação político-teológico que extrapolava a compreensão dos dois Santos em questão.

Problematicando Santo Agostinho, relatando os projetos políticos da Paz e Trégua de Deus, analisando a teoria das três ordens e outros discursos desenvolvidos por integrantes do clero em uma procura de compreender melhor as justificativas eclesiásticas não apenas para a violência, mas ao estudando tais documentos enxergar

---

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.65.



traços culturais e fatos que foram influenciados pelo mundo material, extrapolando as páginas escritas por integrantes do clero de uma realidade que por eles foi sentida.

A segunda parte do primeiro capítulo exigiu um debate historiográfico sobre o conceito da violência, dialogando com textos produzidos *a posteriori*, que naturalmente foram contaminadas por julgamentos de valores de uma sociedade diferente, utilizando o debate na revista *The past and present* da Universidade de Oxford como uma fonte a ser problematizada sobre o aumento ou não de violência durante o período pesquisado. Dando, assim, maior arcabouço teórico que, em conjunto com a reflexão das fontes primárias, buscamos traçar uma linha narrativa sobre as transformações simbióticas do tema sob espaços e períodos escolhidos anteriormente.

Apoiados nessa premissa, desdobramos o segundo capítulo sob uma análise da espiritualidade da comunidade cristã medieval, pontuando suas particularidades e evidenciando sua direta conexão com a percepção de violência, justiça e guerra. Um mundo em que era visto como uma extensão do espiritual, que exigia dos homens uma participação direta dos cristãos em uma guerra que existiria antes mesmo de sua criação, a batalha entre o bem e o mal, de Deus contra o Diabo.

A segunda parte do último capítulo analisaremos a obra feita por Bernardo de Claraval, destinada aos Cavaleiros Templários: *De la excelencia de la nueva milicia*. Uma análise fundamental de uma ideia que perpetuou entre o tempo e espaço, a sacralização da violência possuindo como ideal o monge-cavaleiro. Tal concepção estava intimamente ligada a uma tradição de justificação da violência e o movimento cruzadista incentivado por Urbano II no Concílio de Clermont (1095), ou seja, tal preceito ético-teológico estava em consonância com da própria Igreja.

Ao analisar essa percepção ético-filosófico todo um leque de interpretação se abriu, pois pudemos utilizar uma “contra-análise” para procurar os problemas e a cultura que por ela foi permeada.

Em sua obra, Bernardo de Claraval incentivou algo completamente inovador, a união entre a vida monástica e a cavalaria, conectou fé e guerra, por que ambas em consonância ajudariam a cristandade à conquistar a Terra Santa prometida por Deus. Inflamou a paixão da cristandade com a justificativa de proteger um espaço físico que supostamente conectaria diretamente o mundo dos homens com o Reino do Céu. Nesse sentido, a guerra e o guerreiro foram sacralizados, matar deixou de ser insociável com a

imagem do cristão, a salvação seria conquistada pela espada e pelo sangue de seu inimigo morto.

Compreendemos que estes discursos seriam um testemunho inconsciente do pensamento da sociedade em que fora produzida, externando os sentimentos em palavras e os anseios em vozes, tornando-se capazes de vencer as limitações do tempo de vida humano e garantindo a preservação de sua cultura. Atravessando o Tempo, o Espaço e a própria Realidade tais ideias foram capazes de cruzar várias sociedades exercendo diversas funções. Um eterno processo de imagens, símbolos e ritos que buscam garantir à sua comunidade preservação e hegemonia. A violência e a guerra seriam reinterpretadas com base na sua capacidade de transformar as regiões que toca, possibilitando um legue discursivo para a Igreja que a garantiu em seu papel de poder determinante no período medieval.

Pretendemos com este estudo elevar as reflexões sobre a influência da realidade empírica sob os discursos, por meio de investigação dos significados. Constantemente conseguimos atrelar as teorias criadas por integrantes do clero com a realidade concreta que enxergava, apenas lhe restando atribuir valores e significados ou reinterpretar preconceitos de forma a contribuir para um projeto político maior

Os mais importantes eclesiásticos foram examinados como interlocutores e leitores de uma espiritualidade condizente com seu período, entendendo as concepções anteriores e a reestruturando para as novas realidades. Para compreender Bernardo de Claraval e Santo Agostinho em suas divergentes interpretações a respeito da justificação e sacralização da violência é primeiro preciso recuar no tempo, olhar um pouco mais no passado para procurar o arcabouço teórico e os espaços de socialização que os influenciaram, foi exatamente isso que essa pesquisa buscou alcançar

## **CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A VIOLÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NO MEDIEVO**

A violência como ação humana presente em todas as sociedades, perpassa por uma necessidade embrionária de se justificar perante seus pares, seus integrantes da mais baixa até a mais alta hierarquização social, econômica, etc.

O que queremos dizer é que o ato de matar, agredir, ferir, mancomunar, ou seja, usar da força física ou psicológica para conquistar um fim pré-determinado é inerente a condição humana. No entanto, os diferentes discursos e debates acerca desse fenômeno social ilustram aspectos da comunidade em que ele foi produzido, abrangendo, como ressaltamos anteriormente, características religiosas, econômicas, culturais e políticas. É evidente que a Igreja fundada em Roma como instituição social herdeira dos ensinamentos de Jesus Cristo iria debater sobre um de seus maiores paradoxos: o conflito antológico entre o uso das armas e os preceitos do Novo Testamento.

Cristo, jovem judeu que após sua morte teve seus ensinamentos interpretados pelos seus discípulos que escreveram seus ideais séculos mais tarde, sendo compilados na Bíblia, deixou uma mensagem forte e clara de pacifismo total: derramar sangue seria uma ofensa a Deus que deu a vida a todos os seres, sujando a alma do pecador e retirando-lhe o direito ao reino do céu. *“Disse-lhe Jesus: “Guarde a espada! Pois todos os que empunham a espada, pela espada morrerão.”*<sup>3</sup> Os devotos do dito filho de Deus deveriam quebrar suas armas, esquecer suas desavenças, perdoar seus inimigos e amar ao Altíssimo acima de todas as coisas, uma ideia completamente oposta de uma Roma militarizada, escravocrata e em constantes conflitos com povos além de seu império.

Desde sua ascendência a Igreja adepta dos valores morais de Jesus conserva como caráter umbilical o pacifismo total e o repúdio ao derramamento de sangue, afinal o Cristo virara-lhe a face com amor contra o homem que o agredira. No entanto, a partir da legitimação da Igreja, oficializada no Império Romano, no século IV, o clero experimentava um debate arriscado que durante toda sua existência seria de extrema importância: como ser uma religião pacifista em um mundo militar e violento? Como a

---

<sup>3</sup> Matheus 26:52.

Igreja como corpo protetor de todos os cristãos conseguiria direcionar ou anular essa violência e proteger sua comunidade?

Seguindo essa problemática, a Igreja foi adaptando-se às necessidades de cada tempo, legitimando o uso da violência em determinadas situações específicas, o que permitiu os cristãos utilizar das armas para matar em nome de Deus ou de um bem maior. Todo discurso é uma resposta do autor às necessidades de tempo e espaço, assim como a satisfação de uma instituição que anseia por novas visões. Contudo também significa uma nova mudança na própria sociedade, quando a vemos como um ator próprio e possuinte de uma personalidade própria, mutável de acordo com a produção ou desenvolvimento ideológico de seus formadores.

### **1.1A teoria teológico-filosófico sobre a violência em Santo Agostinho: A guerra justa**

A Igreja como instituição social, possui em seu âmago pré-conceitos que constantemente estão em perigo de mudar, testada sobre novas interpretações e necessidades, debatendo ao máximo seus limites e problemas, possibilitando uma inovação que poderá melhorar ou piorar sua já antiga ideologia. Emergindo novos conceitos que buscam solucionar novos problemas, respondendo à altura a tradições rivais e a insuficiência interna. A realidade militar exigirá uma transformação, os herdeiros dos ensinamentos do Cristo responderam a ela com Agostinho de Hipona em *Cidade de Deus*<sup>4</sup>.

De fato a Igreja condenava, desde sua criação, a violência e a agressão militar. O ato de matar mesmo que seja um inimigo era algo lastimável, contudo, Santo Agostinho no século V, enxergando o perigo que a comunidade cristã experimentava com os avanços dos, por ele denominado, povos “bárbaros”<sup>5</sup>, desenvolve um esquema conceitual com fundamentos religiosos e políticos a respeito do modelo de uma guerra<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup>Bispo Agostinho de Hipona durante toda a Idade Média foi considerado um dos maiores teólogos da Igreja Cristã, em seu livro a *Cidade de Deus* reflete uma metamorfose da Pax Romana e do próprio conceito germe do Limes. O estado deve permanecer em seu caráter defensivo e protetor, construindo uma “muralla” para a comunidade Cristã.

<sup>5</sup> Agostinho não foi o original criador do termo bárbaro, logo que já era adotado desde os gregos durante a *posteriori* conhecido como período clássico para denominar os indivíduos que estavam fora de sua cultura superior.

<sup>6</sup> Entendemos guerra como todo conflito militar, sendo de pequeno porte ou de grande, logo que durante o período medieval não houve grandes batalhas como foi construído pela cultura pop do século XX e XXI.

que pode ser justificada até mesmo pelos adeptos do novo testamento, em seu livro *Cidade de Deus*. O assassinato continuou sendo algo pecaminoso, porém era um dever de todos os cristãos preservar a cristandade e seus irmãos de fé acima de tudo. Um mal menor frente a justiça divina.

A própria autoridade divina opôs algumas exceções ao princípio de que não é lícito matar um homem. Mas trata-se de exceções em que ordena que se dê a morte, quer por uma lei promulgada, quer por uma ordem expressa que, na ocasião, visa certa pessoa. (Mas então aquele que deve o seu ministério ao chefe que manda, não é ele próprio que mata; comporta-se como um instrumento— como a espada para o que a utiliza. Por isso não violaram os preceito não matarás os homens que, movidos por Deus, levaram a cabo guerras, ou os que, investidos de pública autoridade e respeitando a sua lei, isto é, por imperativo de uma razão justíssima, puniram com a morte os criminosos<sup>7</sup>.

As percepções e justificativas a respeito da violência são uma expressão da cultura em que foi produzida, com frequência um hiato determinante no cotidiano e na postura de pensamento da sociedade. Um espelho e um reflexo de um tempo e lugar específico.

O caráter ofensivo do corpo militar romano foi transformado no século IV em um sistema completamente defensivo, as antigas formações dissolvidas ou transformadas em tropas de fronteiras que ficavam no *limes*, ou seja, nos limites do mundo romano, com a função de proteger a comunidade de ataque de “bárbaros”, completamente proibida aos clérigos por sujar sua alma com sangue, sendo uma ação estritamente de responsabilidade dos leigos.

Agostinho em seu livro *Cidade de Deus* transfigurou a percepção de defesa do Império já presente na *Pax Romana* (28 a.C- 180 d.C) e responsabilizou o Imperador como autoridade legítima responsável de empreender a justiça e a verdade. Sacralizou o poder temporal e garantiu a força da Igreja em responder às necessidades eminentes do século V. A capacidade de formar almas está nos genes da Igreja e durante todo o período medieval constituiu seu melhor instrumento, a membrana espinhal de toda a sociedade medieval ocidental.

Franco Cardini ilustra que:

(...) A necessidade de o cristão ser sempre, e em todos os casos, um homem de paz e um homem portador da paz, mesmo manejando

---

<sup>7</sup>AGOSTINHO, Hipona. *Cidade de Deus*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p161.

armas, era um princípio difícil de colocar em prática, mas sobre o qual Agostinho se mostrava intransigente<sup>8</sup>. (...)

A Igreja necessitava criar um discurso que protegesse seu rebanho e que lhe provesse apoio dos poderes seculares, visto as constantes expedições de povos inimigos e o Bispo de Hipona sentirá a urgência dessa demanda e seu impacto no cotidiano da ainda embrionária sociedade cristã, desenvolvendo uma lógica de auto justificação para guerra.

É importante manter em mente que Agostinho percebe a guerra como uma deturpação da criação, utilizada apenas em momentos desesperados e sobre a proteção da “autoridade legítima”. Retirar uma vida não importando de quem seja suja a alma do assassino, sendo assim apenas uma autoridade próxima de Deus<sup>9</sup>, no caso do período seria o Imperador romano que possuiria direito de convocar uma guerra, pois seus motivos seriam em tese seriam justos e de caráter eminentemente defensivo ou de retomada de posses roubadas. A violência só é justa quando é para defender, proteger e recuperar um bem roubado, nunca por objetivos pessoais e sentimentos ordinários.

Em Agostinho a natureza da guerra é prática, ela deve servir a um fim racional e justo, jamais sendo utilizada por cristãos em busca de vingança, riquezas ou honrarias. A guerra é apenas um meio de preservar a paz. No entanto, é essencial ressaltar a grande lacuna que existe entre a capacidade dos discursos em produzir uma determinada ideologia e a aceitação do mesmo pela sociedade, não devendo ser imaginado que os conflitos após o século V seriam travados respeito esse código de conduta moral e religiosa.

É fundamental ressaltar essa dicotomia para melhor compreender a complexidade dessa equação. Os homens em suas ações e contra ações não são determinados pelos ensinamentos ou discursos, mas com certeza são influenciados mesmo que não percebam esse profundo toque manipulador que possui um peso maior ou menor dependendo da pessoa que o toca. O ser humano é incapaz de compreender, internalizar ou mesmo aceitar algo que esteja completamente fora de sua percepção sobre o mundo, não restando nenhuma outra opção para qualquer instituição social do

---

<sup>8</sup>CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada IN: LE GOFF, Jacques; SCHIMIDT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP:EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 1.p.475.

<sup>9</sup> A carta do papa Gelásio I a Anastásio Imperador (em Constantinopla no ano de 494), absorve essa percepção de Agostinho sobre a importância do imperador nas causas de Deus e na necessidade dos homens, no entanto a submete aos poderes atemporais.

que adentra-se na cultura e se mesclar a ela sem jamais conseguir alterá-la completamente.

## **1.2. Adentrando a Idade Média: Crescimento demográfico, feudalismo e violência**

Thomas Bisson, em 1994, defendeu a tese de que as mudanças sócio-políticas, que foram assistidas durante o período de 850-1100 possuiu um caráter grande e administrado o suficiente para ser considerado de fato uma “revolução feudal”<sup>10</sup>. Ou seja, as modificações política, econômica, religiosa, cultural e militar que durante a sociedade medieval se interligavam em todas as instituições sociais, sofreram uma alteração tão grande que os alicerces da comunidade foram radicalmente alterados<sup>11</sup>. Neste caso, analisar as modificações físicas e da própria mentalidade<sup>12</sup> geraram novos paradigmas na medievalística e que serão utilizados por nós para garantir uma base para a pesquisa a respeito da violência e de uma parte do mundo que o cria e cerca.

Logo, seguindo a esteira do tempo é fundamental compreender que mesmo com os constantes discursos, concílios ou proibições impostas pela Igreja durante o período medieval, a sociedade ocidental continuou violenta, principalmente opressora contra as classes mais baixas que graças as suas condições econômicas eram incapazes de comprar seu próprio armamento de batalha. Nada havia de incomum na pilhagem ou matança de cristãos pelas espadas de outros cristãos que agiam dentro de uma tendência muito comum em sua cultura.

Sentindo essa reminiscência do “pecado original”, a Igreja busca constantemente controlar ou mesmo se proteger desse furor animalesco dos homens. A guerra é a manifestação mais evidente da cultura violenta que o período medieval foi imerso, sendo uma complexa extensão de todas as características das sociedades e comunidades que dela participavam. De forma indireta ou direta, positiva ou negativa, ativa ou passiva, todos foram de alguma forma afetados por esse fenômeno social. Fixar o pano

---

10. BISSON, Thomas N. The “Feudal Revolution”: Reply. *Past and Present*, Oxford, n. 155, p. 208-225, may, 1997.

<sup>11</sup> Obviamente que essa percepção de revolução será constantemente criticada por vários medievalistas, principalmente aqueles defensores de uma “mutação feudal” como por exemplo Stephen White e Dominique Barthelemy.

<sup>12</sup> JUNIOR, Hilário Franco, *A Idade Média: o nascimento do ocidente*, São Paulo: Brasiliense, 2001, p.255: Compreendemos mentalidade como a esfera consciente e subconsciente mais profundo presente nas tradições, ritos, crenças, sentimentos e esperanças que são demonstrados a partir das ações de cada ser humano ao longo de sua vida, mesmo que o mesmo não perceba tal exposição.

de fundo na violência denota estender todo o lençol de lado a lado da sociedade medieval, desde suas características econômicas, políticas e culturais, até às compreensões de particulares a respeito do tema.

Durante o século XI ao XIII, segundo a população total do Ocidente Medieval dobrou ou triplicou, resultado de um leque de modificações na estrutura da própria sociedade, que perpassava o explosivo crescimento das áreas cultivadas<sup>13</sup>, diminuição da mortalidade infantil, relativo recuo das crises de fome que assustavam a população levando a alguns extremos como o canibalismo e mudanças técnicas e tecnológicas. Esse “boom” demográfico carregou consigo toda uma perspectiva diferente, mais alimentos e mais trabalhadores facilitaram o desenvolvimento de um comércio e uma relativa expansão das cidades que até outrora estavam minimizadas a postos simbólicos ou administrativos.

Segundo Pierre Bonnassie<sup>10</sup> que estimulou a sociedade a buscar essa revolução nas estruturas de produção seria uma mistura de dois fatores fundamentais: a sinistra pressa da fome e a procura por novos locais de cultivo, visto que foi devastado florestas e até pântanos para esse fim. O desespero de sentir a morte pela fome ou o canibalismo forçado estimularam de forma gritante a procura por mais lugares para plantar, utilizando algumas vezes de regiões completamente virgens como pântanos e bosques, mas em geral apenas alargando a terras que já eram utilizadas para o cultivo, desmatando a partir de queimadas e lhe deixando os bosques, que seriam áreas para a caça dos senhores feudais.

Apenas o aumento na produção das terras não seria capaz de alimentar uma Europa em crescimento demográfico, sendo assim foi fundamental melhorar na quantidade e qualidade da agricultura, capazes de suportar as inconstâncias do clima, parasitas, fungos e pragas que poderiam assolar a plantação. O Melhor uso de fertilizantes, estruturado com repouso do solo e um sistema racional de plantio foram capazes de sustentar uma Europa em expansão. Mais alimento gera uma maior quantidade de pessoas capazes de trabalhar para produzir, criar ou destruir<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Lisboa: 1979

<sup>14</sup> BASCHET, Jérôme, *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.



Todavia, esse súbito crescimento populacional gera problemas da mesma forma que os soluciona, logo que todas as estruturas da sociedade em todas as suas mais variadas regiões de atuações deveriam mudar para melhor se adaptar a essas novas realidades que atuaram em paralelo a transformação técnica-agrícola.

Talvez, o que melhor demonstrou essa modificação na particularidade mais simbólica tenha sido as várias transformações que a Igreja iria assistir durante esse período, desejando um aumento do culto da mensagem cristã em seu caráter mais universal, estimulando um forte crescimento por catequizar em todos os lugares para todas as religiões, não importa se é contra os mulçumanos ou judeus, a palavra de Deus deveria chegar a todos de forma pacífica ou não, mentalidade essa que será fortemente utilizada nos movimentos de conquista das cruzadas.

Os mosteiros cistercienses desde o século XI particularmente participavam das inovações agrícolas e mentais, herdeiros da ordem de Cluny que retornaram a obediência em uma mistura com a antiga ordem beneditina, exigia em seu cotidiano um contínuo trabalho, melhora no plantio logo que escolhiam regiões mais afastadas e pregando em suas missas uma volta para a “pureza original”, a moralização do clero, e a maior atuação dos homens de fé na causa do Altíssimo. A Europa cristã estava se transformando em consonância com toda a sociedade, crescer e expandir para fora e para dentro, agora o objetivo era divulgar a fé para todos, dá um verdadeiro caráter universal ao Cristianismo.

Não surpreende assim que a arte tenha seguido as novas reinterpretações sobre o mundo, como se viu, a própria cultura estava em transformação, a arquitetura, pintura e escrita possuíam uma importância primordial nesta sociedade que era a de educar e passar uma mensagem forte, clara e cristã. Ilustrando essa percepção racional, os mosteiros cistercienses passaram no decorrer do século XI e XII por um processo de criação em seu mundo arquitetônico completamente novo, desenvolvendo toda a arquitetura em volta de um ar de racionalização, austeridade, força e proteção. Sua função era de representar um castelo espiritual, preparado e idealizado contra todas as inquietações do período.

Como se viu, até mesmo as estruturas mentais e físicas passaram por um processo de transformação acompanhada pelas mudanças econômicas e sociais,

compreender esse encaixe não natural de peças é fundamental para analisar a mentalidade dos indivíduos que dela participaram. Como provade uma das mais marcantes e importantes mutações que o período passou a respeito da violência a modificação da concepção de *milites* e aristocracia assistida no início do segundo milênio.

A aristocracia, como foi desenhada durante o século XII ao XIII, é a união entre dois grupos sociais distintos, a cavalaria e a nobreza, que buscando legitimar suas diferenças em detrimento do comum, ou seja, do não nobre, utiliza-se de ritos, roupas, posses e principalmente de uma distinção herdada pelos seus antepassados para se tornarem uma classe distinta. O “passado dourado” era um símbolo de condecoração social onde não raramente era utilizado como proteção de determinados direitos ditos de nascença, como aplicação de impostos, feudos e propriedades.

O cavaleiro como participante de uma classe pós século XII que estava no cume da hierarquia social deveria possuir diversas funções e competências, não apenas militares, mas também administrativas, no entanto até mesmo sua ascensão ao poder possui uma historicidade que deve ser compreendida para melhor entender a valorização do caráter militar que esta sociedade o condecorou.

A cavalaria no ocidente existe desde as *équites romanas* e foi amplamente utilizada pelos povos bárbaros, contudo, como corpo militar distinto digno de uma relativa projeção social e de práticas ritualísticas particulares é um fenômeno característico da sociedade Ocidental medieval do século XI até o XIII, em que quando começa a receber terras e feudos passa a ganhar uma enorme projeção social.

Sabe-se, que a própria percepção de milites recebe uma alteração, fugindo da noção apenas de um guerreiro do castelo para uma *milicia* unificada e com um código de ética particular. Graças suas conquistas militares, casamentos com a nobreza e legitimação do clero, a fusão entre a nobreza e a cavalaria se torna mais marcante, tendo um contato direto com a Igreja a partir dos ritos<sup>15</sup> e juramentos:

(...) A aristocracia feudal repousa, portanto, sobre um duplo fundamento discursivo. Ela é definida, de início, pelo nascimento: é-se

---

<sup>15</sup>Ritos como adubamento, onde a espada é ungida um pouco antes de ser colocada ao lado do cavaleiro demonstra a importância do discurso legitimador da Igreja, logo que antes de ser tornar um verdadeiro guerreiro o indivíduo deve passar pela sacralização do clero.

nobre porque de origem nobre, quer dizer, na medida em que se pode fazer prevalecer o prestígio social de seus ascendentes. Trata-se de uma inserção herdada. (...) Para além do próprio ritual, pode-se, então, insistir sobre o papel fundamental da Igreja na estruturação da ideologia cavaleiresca<sup>16</sup>.

Diante dessa fusão entre a *militia* e o detentor de um significativo poder econômico, político e social, podemos esclarecer a importância que foi dada por essa sociedade ao militarismo.

Saindo de um simples protetor do castelo para uma complexa fusão com a aristocracia, que iria determinar o rumo da história e da percepção a respeito da violência.

As conquistas dos grandes guerreiros eram cantadas e recitadas, os nobres se deliciavam ao contar a importância de um antepassado longínquo possuiu em uma determinada batalha, o sangue e o furor das espadas se misturavam em um sonho de conquista cada vez maior. Durante o século XII só é possível ser um cavaleiro para quem possuísse uma linhagem nobre, os cavaleiros se tornaram uma classe de distinção social, a classe dos nobres guerreiros.

Seguindo esse desejo e necessidade de crescer, a cristandade avançou para o leste e norte, estados cristãos conquistaram regiões se enfrentando ou combatendo o paganismo e heresias, “*A Cristianização se realizou lentamente, e não sem choques*” (LE GOFF, 2005,61).

Longe de ser algo estranho, a violência estava no cotidiano, algumas vezes ovacionado pela sociedade do início do segundo milênio, oferecendo aos cavaleiros e camponeses a possibilidade de crescer ou cair em consonância com sua região e de sua capacidade em garantir e conquistar privilégios. Aspiração militar e expansionista que foi comprovada pela gigantesca expansão escandinava durante o século X, subtraindo Groelândia, Islândia e parte considerável da Inglaterra. No entanto, em 1035, é apoderada pelos dinamarqueses, que volta a ser conquistada a partir de outro centro de comando, a Normandia.

Ao lado dessas anexações os prussianos, normandos, “franceses” foram tão insistentes quanto os escandinavos em sua procura por conquistas ao redor da península.

---

<sup>16</sup>BASCHET, Jérôme, *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*, São Paulo: Globo, 2006, p 111-112.

Crescer seu território foi fundamental para melhor locação de pessoas e aumento das riquezas, criando um comércio entre regiões e feudos, expandindo no saques, pilhagem e campanhas militares umas das mais eficientes formas de trocas culturais de bens materiais e imateriais do período.

Mas outros Normandos vão mais longe fora da zona setentrional e se instalam no Mediterrâneo. Desde o começo do século 11, surgem principados normandos ao sul da Itália. Roberto Guiscardo apodera-se da Campânia, bate as tropas pontificais e se faz reconhecer em 1059 pelo papa Nicolau II, toma a Sicília dos muçulmanos em 1060-1061, expulsa os bizantinos da Itália e toma de assalto suas últimas praças, em Regio e em Bari (1071). Chega mesmo a enviar seu filho Boemundo em 1081-1083 para devastar o Épiro e a Tessália<sup>17</sup>.

O combate em larga ou pequena escala possui uma capacidade impressionante de transformar, cada batalha modifica a demografia, alimentação, política e cotidiano e exige inúmeras demandas para ser-lhes saciadas, contudo durante o século X e XI a cristandade expandia não apenas para fora de seu território ou mesmo em um típico jogo de conquistas entre cristãos, ela também crescia para dentro. Garantindo a punição de hereges, contribuindo cada vez mais para a mutação cultural de outros cultos, ritos e tradições, a cristandade cresceu. A expansão religiosa também é política e militar, os êxitos em batalhas mais extraordinários contra os hereges são comemorados dentro das Igrejas, perdões eram feitos para homens que mataram em nome de Deus. A igreja crescia em seu caráter primordial, a universalidade da palavra sagrada mesmo que ela seja coberta de sangue.

Logicamente cada campanha física demandava armas, alimentos, vestimentas e pagamentos, ou seja, criava um mercado que não podia ser saciado apenas com a pilhagem e saques, era fundamental produzir para saciar essas novas pendências, logo uma verdadeira ampliação das capacidades de produção foi necessária para tamanha expansão, sendo também incentivada por esse desejo de crescer e se fortificar, ou seja, a violência criou em medida semelhante do que foi capaz de destruir.

O aumento populacional e alimentício permitiu aos senhores um grupo militar muito mais poderoso, bem alimentado e com excedente de produtos o suficiente para lhe permitir comprar o equipamento militar, sendo-lhe capaz de modificar o mapa da

---

<sup>17</sup>LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Bauru, SP: Edusc, 2005, p.63.

Europa ocidental conquistando regiões maiores ou aumentando sua riqueza sequestrando outros senhores feudais em conflitos legítimos.

No entanto, é fundamental ressaltar que a guerra e a violência não seriam uma solução imediata para todos os conflitos ao contrário do que a cultura do século XX buscou demonstrar, visto que o combatedor bélico em si já gastaria bastante das reservas dos senhores feudais em mantimentos, armas e pagamentos, piorando ainda mais sua situação em casos de resgates. Entrar em uma campanha levianamente seria um perigo para a própria sobrevivência dos senhores feudais envolvidos, não apenas pelo caráter obvio de ser morto em campo de batalha como também por desguarnecer de homens sua terra para protegê-la e cultivá-la, podendo assolá-la com o maior perigo do período: a fome.

Existia uma organização no campo de batalha da mesma forma que fora dela, não sendo um conflito caótico realizado por puro *animus necandi*<sup>18</sup> do senhor feudal, possuindo em alguns casos como o do francês do século XI uma jurisdição que legitimava uma campanha militar. Imaginar um senhor absoluto e poderoso, que não responde a suas ações a nada nem ninguém seria cometer um terrível engano, a dominação nunca fora completa, existira por todo o período medieval um constante, mesmo que em alguns períodos mais caloroso conflito pelo poder.

Stephen White e Dominique Bartelemy caracterizam a violência não como monopólio dos senhores e cavaleiros, mas sim como uma extensão de cada camada social, não sendo necessariamente ligado à guerra e à vingança, que as instrumentalizações da guerra por essas classes especializadas buscavam objetivos estratégicos ou completamente lógicos em sua cultura, não sendo um simples “capricho” ou “*unpolitical*”.

Neste jogo por conquista, Le Goff supõe um arcabouço hierárquico composto por dois poderes centrais, que seriam os leigos e a Igreja, duas cabeças que raramente se aceitavam como independentes e que constantemente lutavam para se colocar como soberana, porém que se misturavam em todos os seus mais distintos aspectos, anseios e desejos.

---

<sup>18</sup> Termo em latim que significa vontade de matar ou de agredir outro ser humano.

Podemos utilizar para comprovar esta afirmação a relativa privatização que ocorreu entre 888 e 1057, onde a Igreja se viu em grande medida sob o domínio dos poderes laicos<sup>19</sup>, momento esse que imperadores conseguiam influenciar diretamente nas escolhas de bispos e cardeais: “*Realmente, desde Carlos Magno e mais claramente desde Oto I (962-973), a escolha do papa sempre passara, direta ou indiretamente, pelas mãos do imperador.*” (JUNIOR, 1986, 100) que graças a seu contato estreito e interesses familiares em várias ocasiões partiram em campanhas militares em busca de proteger interesses temporais. Por exemplo, o Papa Leão IX guerreando contra os normandos, comandou tropas garantindo o reino do céu a todos que matassem e morressem naquele mesmo conflito.

Segundo Marc Bloch, seria necessária além do conhecimento das escrituras uma demonstração da capacidade do novo Papa em coordenar e comandar tropas militares, provando a todos seu valor como chefe bélico, ou seja, antes de ser um chefe religioso o papa deveria ser um líder militar<sup>20</sup>, um senhorio-episcopal<sup>21</sup> na mais clara definição do conceito, que carregava em uma mão a cruz e na outra uma espada, fazer orações a Deus trajado em armadura de batalha.

As misturas dessas duas instituições estavam no gene da participação de cada uma perante a sociedade, sendo impossível desvincular uma análise da Igreja sem correlacionar com os poderes leigos, afinal uma grande parte do clero seria composto por segundos filhos de nobres que perdiam o direito a posses, tornando o conflito algo natural e extremamente complexo as vezes necessário para o fortalecimento de ambas e dificultando a criação de regras gerais para a cristandade.

A universalidade dos poderes laicos e religiosos constantemente entraria em combate físico ou simbólico por espaço e domínio. A conflagração existia, não necessitando ser necessariamente bélica para possuir um grande impacto no cotidiano, às vezes possuindo um caráter simbólico-ideológico em ritos, tradições e discursos.

O que busco afirmar é que o período medieval possuiu uma percepção sobre política, fé, religião e mentalidade completamente diferente, elas não estavam separadas

---

<sup>19</sup> JUNIOR, Hilário Franco, *A Idade Média: o nascimento do ocidente*, São Paulo: Brasiliense, 2001.

<sup>20</sup> Compreendemos que não existia uma distinção clara sobre essas duas instâncias de poder, sendo fenômenos sociais que claramente trabalhavam em conjunto.

<sup>21</sup> ALVARO, Bruno Gonçalves. Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII: desmembramentos da pesquisa, *Roda da Fortuna, Revista eletrônica sobre Antiguidade e medievo*, 2014, Volume 3, Número 1-1 (Número especial), pp. 10-31. ISSN:2014-7430.

e dividas em estados mecânicos e burocráticos, e sim em uma complexa rede de valores e condutas abstratas ao indivíduo e embaralhadas em cada instância do cotidiano, tornando uma leve separação dos poderes temporais e atemporais algo bastante difícil, contudo a “intervenção papal” realizada pela Igreja a partir do século XI e que acabaria apenas em meados do século XII dedicaria sua força e tempo para separar minimamente essas duas instituições universalistas.

A “intervenção papal”, que se estendeu entre 1049 até 1128, apoiada obviamente por outros papas e cardeais antes e depois da morte de Gregório VII<sup>22</sup>, sugere uma manifestação clara de desgosto com essa suposta “perversão” do clero e das responsabilidades da Igreja, vinculado em um movimento muito maior do que apenas a ideologia de um único papa e sim em um anseio por um significativo grupo que buscava por uma independência entre as duas instituições.

Em sua contundente busca por moralizar o clero, legitimar o poder da Igreja em detrimento dos poderes laicos e romper os vínculos com aspectos considerados hereges presentes em algumas regiões européias, o papado antes e pós Gregório VII em conjunto com o abade Henrique Cluny<sup>23</sup> e a ordem de Cluny, conseguiram se não revolucionar, pelo menos reformar a sociedade, quebrando paradigmas em busca de uma nova imagem inspirada em um passado idealizado.

Através do dilema de concessão e recepção, o papado conquistou um mínimo distanciamento entre os poderes, buscando se afirmar como instituição independente e em alguns momentos desejando estar acima da hierarquia social, combatendo em conjunto ou contra os reis dependendo apenas da situação. Dois corpos que precisam um do outro para respirar e possuir legitimidade, um jogo de favores e deveres que submetiam ambos com prazer ou não as suas responsabilidades como corpos protetores da fé cristã.

Já os elementos ditos “novos” seriam aqueles ligados ao monasticismo meridional das Galias e da Itália. O Midi francês, sobretudo através de Cluny, ofereceu um grande apoio aos papas reformadores. Segundo Duby (1989, p. 38), movimentos como a Paz de Deus, que pretendiam limitar a violência do laicato seja por juramentos ou pela restrição da violência segundo o calendário cristão, emergiram a partir do sudoeste

---

<sup>22</sup> Compreendemos que Gregório VII foi muito mais um símbolo dessa transformação papal na sociedade do que o realizador dela.

<sup>23</sup> Personalidade particularmente conhecido e respeitado, criador de uma ordem que cresceu e, riqueza e poder de forma impressionante no início segundo milênio.

da Gália, na Aquitânia e estavam estreitamente relacionados com Cluny. Estes movimentos são considerados como uma “renovação da idéia de laicato” e culminaram, no fim do século XI, naquilo que “chamamos de reforma gregoriana e na cruzada”<sup>24</sup>

Mesmo com a “intervenção papal” no final do século XI, o Papa e a Igreja jamais conseguiram se instalar como força dominante ou absoluta em toda Europa Ocidental, sendo raramente considerada pelos imperadores da Península Ibérica ou regiões do que viria a ser a “Alemanha” e “Itália”.

Nesse horizonte de possibilidades, as relações de poder seriam extremamente mais complexas, pois cada um dos poderes laicos e temporais perceberam a necessidade um do outro em garantir sua força em detrimento do comum, sem jamais esquecer de seus interesses contraditórios e seus conflitos ideológicos se tornando ainda mais gritantes esses contra pontos sobre a percepção da violência e do derramamento de sangue.

Deve-se manter em mente que todas essas modificações e apropriações nas mais diversas áreas das sociedades estão intercaladas pelo cotidiano das pessoas<sup>25</sup>. Cada mudança foi produto e produtor de uma nova transformação, não sendo um simples jogo de causa e consequência, mas de uma complexa rede de fatores que interagiram com pessoas, instituições sociais e meio ambiente<sup>26</sup>.

O palco que se formou com a “revolução feudal” do ano mil até o século XII facilitou a atuação de vários personagens, não mais apenas os protagonistas dos poderes universalistas, conhecidos e idolatrados pela Igreja e poderes laicos em suas orações, como também permitiu ao indivíduo atuar e se movimentar, introduzindo pequenas peças de seu ritmo e desejos, ganhando cantigas e canções aos mais bravos e destemidos cavaleiros, a capacidade de conquistar, guerrear e lutar ganhara um papel idolatrado na sociedade medieval, sendo em alguns momentos até mesmo ovacionados pelo corpo eclesiástico.

Portanto, o desejo expansionista, o caráter militar, a *eclesia*, é indissociável do medievo e não a ela deslocada nem necessariamente nega-a, e nem a seus valores tais

---

<sup>24</sup>TADEU, Bruno Salles, A intervenção Gregoriana na cristandade: a vassalagem de São Pedro e o domínio Pontifício (1075-1088), 2011, pág 212

<sup>25</sup> Entendemos que o indivíduo no período medieval era em geral escolhido e raramente possuía a capacidade de escolher suas próprias responsabilidades, no entanto mesmo nessa cultura é possível definir o indivíduo como um agente transformador da história.

<sup>26</sup> Meio ambiente como agente histórico universal e perene carece de pesquisas a respeito do seu impacto na sociedade medieval do século XI a XII.



como, por exemplo, a violência guerreira e o culto ao altíssimo, que foram constantemente desviados pela Igreja para um objetivo que deveria ser comum a todos cristão, a conquista da terra sagrada, a Jerusalém terrena entregue por Deus a seus filhos.

A Europa ocidental estava em mutação, a concepção de violência seria constantemente regulada e justificada a partir dessas novas cosmovisões<sup>27</sup>, a Paz de Deus, a Trégua de Deus e, posteriormente, as Cruzadas iriam beber e se saciar dessas novas visões para justificar suas ações.

### **1.3. A Paz e a Trégua de Deus: Mecanismos para a tentativa da contenção da violência cavalheiresca.**

Sem dúvida um dos temas mais ricos e densos na historiografia do século XX e XXI sobre o período medieval está presente na complexa dicotomia que existe entre a Igreja e sua relação com os grupos militares, logo que parte de um estranhamento contemporâneo em associar os herdeiros de Cristo, a cristandade matando e se digladiando em seu nome.

Seguindo essa lógica, acima assinalada, analisar a Paz de Deus e a Trégua de Deus é compreender, a partir das normativas eclesiásticas para a violência, um universo de ações e consequências que modificarão drasticamente toda a rede de significações cristã. Selecionamos apenas o essencial dos valores morais dos séculos X e XI, com o objetivo de analisar e responder os questionamentos colocados neste capítulo.

Em qualquer análise, as abordagens interpretativas se concentram nas obras e suas mais variadas motivações, o objetivo intuitivamente sempre será de fazer uma reflexão a partir das mais variadas significações das ações pesquisadas e de suas crenças, contudo cada produção historiográfica é uma janela do tempo presente, é penetrar no modo de pensar de um meio estranho para repensar o próprio e possuir maior arcabouço teórico para poder situá-lo em nível macro ou micro. É, enfim, pesquisar uma análise hermenêutica do passado para apresentar um pedaço do seu presente e suas interpretações sobre o mesmo.

---

<sup>27</sup> Compreendemos cosmovisão como a percepção que o indivíduo faz do seu mundo e das variadas redes simbólicas que os cerca.

Partindo desse *topoi* para compreendermos os acontecimentos é necessário inseri-los em uma *série*, que, por sua vez possui uma combinação apenas teórica e jamais natural que formam uma complexa teia de *intrigas*<sup>28</sup>. Refutando a capacidade de uma história totalizante, opero em um recorte que surge de uma variação de fatos, que às analisados em consonância com cada uma das ações possibilitam uma percepção mais macro da sociedade, ou seja, é analisando a sociedade como uma complexa cadeia que se interliga e se mistura que poderemos partir para uma análise de cada tema em particular.

As conjunções dos tópicos históricos serão apresentadas ao longo da pesquisa, retratando características singulares de uma sociedade de outrora, enxergados pela vinheta da sociedade senhorial como uma janela, e das palavras do clero e ideologia sem, contudo, separá-las do abismo que distingue o ideal do verdadeiro, da teoria para o que de fato existirá na prática. Logo, o pensamento e o agir se constroem no interior das tradições, práticas sociais, na dialética da pergunta e da resposta e na fusão de horizontes de possibilidades.

Ao assumir essa perspectiva, a noção de violência e justificação da mesma adquire uma importância central na ação humana, uma extensão suficientemente grande para permitir-lhe envolver tudo o que provém da vontade humana: desejos, ritos, valores morais e éticos, anseios e medos, querem essa ação seja criada por algo efêmero ou duradouro, frutificada por sábios, quer seja ela esculpida pela cólera, como a maioria dos homens fabrica ou pela verdadeira vontade de proteger seus irmãos de fé de um inimigo supostamente unidimensional.

Concentrando a investigação nesse hiato podemos relacionar o passado e o presente em um mesmo fio condutor, a historiografia e a história. O nosso percurso de análise se dará no interior do seio da Igreja e, em seguida, a compreenderemos à luz da historiografia moderna e de seu impacto sobre a percepção de violência no período.

Com isto tocamos em algo de absolutamente essencial, a Europa cristã a partir do primeiro milênio, como já vimos, estava em transformação. Movimentos de ocupação e exploração estavam situados nas mais distintas regiões do mar mediterrâneo, as

---

<sup>28</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

guerras incentivaram o comércio e a produção, tornando as regiões mais próximas na compra e venda de produtos.

A sociedade senhorial passará por um processo de transformação política, econômica e cultural que jamais conseguirá retornar, nascendo mais crianças e melhorando a qualidade de vida dos homens, tanto nobres como servos, um escolhido para comandar e outro destinado a estar preso a terra e a sua função de derramar suor com seu trabalho.

Em virtude dessa distinção social em conjunto com um desejo expansionista crescente, a própria sociedade passará por momentos tumultuosos, que seriam perigosos visto que poderiam abalar a estrutura de privilégios de determinadas classes sociais, como foi demonstrado pelo levante camponês de 997 na Normandia. Percebendo a seriedade da situação, a Igreja passará, cada vez com maior vigor, a defender a projeção de leis e regulamentos básicos a qualquer campanha militar, em resumo, isso ficou conhecido como a Paz de Deus.

Não deve existir confusões enquanto esse projeto político-moral. A Igreja aceitava e defendia a exploração rural, visto que ela era uma das maiores beneficiárias e dependentes, todavia ela compreendia a necessidade de existir determinados limites, como a preservação da vida e o fim do estupro das mulheres, para que a hierarquia não fosse abalada por novas manifestações e agressões físicas entre os cristãos. Um claro sinal do alargamento da necessidade de apaziguar o furor da violência, logo que a sociedade não seria completamente homogeneizada ou inflexível.

Na montagem dessa ideologia compreender a teoria dos três estamentos criado por um integrante do clero seria “enxergar” uma descrição dessa sociedade, uma rara possibilidade de compreender um traço cultural formador, um modelo político-ideológico baseado na moral cristã, uma complexa conjuntura que em palavras buscou hierarquizar a sociedade. O texto foi escrito pelo bispo Adalberão, por volta do século X:

O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece uma, é portanto tripla: uns rezam, outros combatem e outros

trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros<sup>29</sup>

As três ordens, um modelo político-ideológico esquematizado por integrantes do clero, busca de forma evidente salientar o papel de cada um dos indivíduos em seus papéis sociais durante a vida e a diferença de importância entre cada uma delas<sup>30</sup>. Não apenas estruturando suas funções, mas também impondo uma hierarquia entre elas, priorizando o sacrifício e a estabilidade. Uma estrutura bem desenhada, que não possibilitava nenhuma ascensão social, que garantia a exploração que a própria comunidade eclesiástica sobrevivia, mas que, no entanto, não deve ser compreendida como uma verdade universal, apenas como um esquema que representava uma procura por homogeneização. Uma forma de o homem aceitar melhor a realidade que o cercava, desejando tornar os conflitos cada vez mais raros e privilegiando classes sociais que eram importantes para a preservação do poder.

Estruturando o esquema de forma imagética em um triângulo podemos melhor analisar a ideologia por ele outorgada, nessa figura ficaria posicionado os participantes do clero no pico mais alto, visto que seriam isentos de pagar qualquer imposto, pois estavam muito próximos de Deus e possuíam a importante capacidade de proteger as almas, os verdadeiros *oratores* da cristandade. A segunda formação estaria composta pela cavalaria, classe que possuía uma cultura militar muito acentuada e lhe foi atribuída o dever de proteger os demais, restando apenas à terceira classe os dos “não-livres” a função de trabalhar para sustentar toda a pirâmide social.

Contudo, como já foi explicado nesta pesquisa, é necessário compreender que as diferenças entre essas camadas sociais eram muito mais finas do que é imaginado, sendo que o baixo clero constantemente era utilizado como mão-de-obra nas áreas de cultivo em momentos de necessidade e que a infantaria composta majoritariamente pelo terceiro estado possibilitava uma mínima projeção social dentro da estrutura do exército, podendo até mesmo ganhar feudos.

Em contra-partida, havia camponeses que tinham conseguido acumular mais terras do que as que podiam trabalhar sozinho e que

---

<sup>29</sup> ADALBERÃO, bispo de Laon, na França, nos finais do século X

<sup>30</sup> Segundo Hilário Franco Junior, em seu livro *A Idade Média: nascimento do ocidente*, durante o século X e XI nem mesmo a percepção sobre igualdade social existia.

cediam parcelas a vizinhos menos afortunados a troco de uma renda de tipo senhorial<sup>31</sup>

É evidente que a procura da Igreja é legitimar seu poder e hierarquizar a sociedade, sugerindo que a sua única função na terra seria utilizar de seu tempo para salvar as almas dos homens da danação. Logo, não apenas o sacerdote seria uma pessoa com conhecimentos sobre o divino, como também seria um ser quase celestial que possibilitava aos outros homens afortunados a ascensão até o reino dos céus. Para possuir validade, esse discurso separava a humanidade em duas classes principais: os clérigos e os leigos. Se fazia necessário uma verdadeira separação do cotidiano entre ambas.

A primeira era impossibilitada de casar, reproduzir, matar, mentir, etc., contudo, como já vimos nesta pesquisa, existiam bispos que guerreavam durante todo o século XI e XII, que de fato utilizavam armaduras na hora de orar em pleno campo de batalha, sem sofrer nenhuma grande represália da Igreja ou de seus irmãos de fé, contudo, esses sacrifícios em conjunto com a benção de Deus garantiam, em tese, o poder dos papas, bispos e padres em purificar almas e protegê-las do eterno sofrimento.

O temor da danação eterna é uma ideologia presente na mitologia cristã, que rapidamente ganhará força em meados do século XI. O medo sucumbirá a todos os homens, de nada representa suas riquezas e posses em terra ou sua força em campo de batalha se não conquistar um reino de paz e fatura em outra vida.

A Igreja garantiu um esforço por parte da maioria dos homens em obedecê-la, adorá-la e sustentá-la. Constantemente nos relatos eclesiásticos do primeiro século do novo milênio encontram-se testamentos feitos em vida, exigindo por parte dos parentes determinados ritos e pagamentos posteriores à sua morte que supostamente lhe garantiriam a benevolência do num a outra vida. A cultura do medo já era um instrumento constantemente utilizado. Contudo, ainda se fazia necessário o apoio de um corpo físico, que exalasse poder, ferocidade e obediência, capaz de proteger e punir os supostos males do mundo.

Buscando o apoio da cavalaria e dos poderes seculares, a Igreja impõe a eles a única função de proteger e servir como uma guarda especializada de eventuais ataques exteriores ou internos, recebendo em troca uma compensação legítima: a exploração

---

<sup>31</sup>DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (séc VII-XII)*, Lisboa: Estampa, 1978, p.183.

senhorial contra a “raça dos não-livres”, com a justificativa de precisar da maior quantidade possível de recursos para a guerra, comprando armas, cavalos, treinamento e pagando soldados, etc. A exploração senhorial seria o custo a se pagar pela paz. Administradores daquilo que possuía o maior valor no Medievo: a terra. Passavam seus dias sem jamais tocar em ferramentas de trabalho de cultivo, consideradas embraveias para sua elevada posição social. Em seu cotidiano regozijavam-se de extravagâncias e combates<sup>32</sup>, criados para demonstrar de forma visual a diferença entre essas camadas sociais, criando traços culturais particulares de cada uma delas, onde a memória seria sua maior ferramenta de legitimação social.

Perceber essa privilegiada posição da cavalaria pode nos ser usado como um testemunho e prova, visto que de forma clara o corpo eclesiástico passa a aceitar a violência e a questão militar como parte da sociedade, como um corpo presente protetor da cristandade e legítimo, colocando-a como uma classe privilegiada que deveria apenas se dedicar a essa determinada função que outrora seria pecaminosa e suja. A percepção sobre violência recebe uma leve alteração no segundo milênio, ganhando contornos e denotações cada vez mais dignas.

Restando-lhe apenas a última classe, denominada pelo Adalberão como “desgraçada raça” e “não-livres”, esta sim que é claramente a base da produção econômica, que evidentemente seria a mais fragilizada desse projeto, logo que trabalhariam para sustentar as outras duas, supostamente incapazes de se defender no plano temporal e atemporal, deixando-lhe apenas a função de pagar seus pecados dessa vida e dos seus antepassados com o suor de sua pele e os calos de suas mãos.

Melhor analisando essas funções expostas para a “desgraçada raça”, talvez percebamos um dos conceitos mais caros à aristocracia do século X e XI, que aceitaria no trabalho e no suor ao contrário do período capitalista moderno um caráter pejorativo. Dedicar seus dias ao plantio e a sobrevivência seria a forma mais lastimável para o ser humano viver.

O legado sobre as diferentes respostas do vilão<sup>33</sup> a esses desmandos é precário, visto que nos foi deixado uma sentida falta de arquivos primários, em que quase via de

---

<sup>32</sup> Os torneios seriam uma forma de luxo com a finalidade de atestar um poder simbólico e material, que apenas os verdadeiros aristocratas poderiam possuir, distanciando-os do comum.

<sup>33</sup> Camponês é um termo mais contemporâneo extensamente utilizado pela historiografia marxista. Vilão é mais adequado, pois “vilões” são todos aqueles que vivem na vila, de homens-livre até os não-livres,

regra eram escritos pelas ordens eclesiásticas ou pelo clero regular que se interessavam muito pouco com a cultura popular do período, escrevendo e desenhando majoritariamente o amor pelos grandes guerreiros e suas belas donzelas, a dança do poder já estava inserida na batalha pela memória. O trabalhador da terra raramente era considerado digno de reverência, sendo apenas uma massa uniforme que deveria ser condicionada a obediência.

É preciso após tal explicação esclarecer que o projeto político ideológico das três ordens não foi nem tinha como objetivo ser uma descrição detalhada do que realmente era a sociedade, visto que era apenas um instrumento de integrantes do clero próximos do poder senhorial em buscar preservar as relações de poder e subordinação já tencionadas no texto, uma lógica de autoafirmação para a exploração da sociedade Senhorial. De fato as três ordens só chegaram a ser concretizadas na França entre 1484 e 1789, ou seja, muito tempo depois do que ela foi projetada.

O Ocidente Medieval está em constante perigo, a violência como um sistema perene e inerentemente humano cercava o cotidiano das pessoas sobre uma atmosfera de limites, tornando as pessoas e instituições não predispostas a respeitar regras gerais de controle, logo não é surpreendente o relativo fracasso do sistema das três ordens em garantir a paz e a hierarquia social, contudo essa resposta da sociedade não retirou completamente o desejo da Igreja em normatizar e controlar esse furor animalesco do homem. Como a Igreja viria a aprender com o fracasso de suas mais variadas tentativas de controle geral, o furor do homem para o combate está além da capacidade do discurso em simplesmente ficar em um jogo de adoração, justificação e comprometimento, restando-lhe apenas buscar desviar ou mesmo padronizar sem jamais acabar.

Na mentalidade medieval do século X e XI é notável o fascínio da aristocracia às atividades militares, embriagando seus olhos de sonhos de combates e justas, utilizando de seu tempo em seu deleite e refinamento. A guerra, durante o período, possuía uma jurisdição e uma lógica própria, com um código de honra juramentado sobre relíquias que eram consideradas sagradas para a comunidade.

---

explorados pela estrutura de produção da sociedade senhorial, que frequentemente utilizou-se da violência para garantir sua supremacia.

Disso resulta uma violência entre senhores, inegável mas regulamentada e codificada: o sistema da *faide*<sup>34</sup> associa episódios guerreiros limitados, cuja finalidade é menos matar do que capturar inimigos serem trocados por um resgate<sup>35</sup>.

A violência seria uma manifestação muito menor do que um completo caos, mas sim uma prática relativamente controlada, que funcionava para a proteção do sistema senhorial, transformando recursos de uma região para outro, regulando desavenças em combates justos e pré-determinados, garantindo ainda o apoio dos camponeses que necessitavam da sua proteção contra a cavalaria. Contudo, com o crescimento populacional, essa forte tradição militar e pelo sistema da primogenitura<sup>36</sup>, em conjunto com os segundos filhos da cavalaria e outros fatores já nomeados nesta pesquisa fermentou na cavalaria o desejo em crescer e pilhar.

O ambiente de combate possibilitou cada vez mais a presença das pilhagens, mutilações e assassinatos entre cristãos, os cavaleiros agiam e vivam dentro de uma tendência muito forte ao militarismo, um traço cultural que integrantes da Igreja debateram constantemente para melhor controlá-lo para situações de seu interesse, desenvolvendo variados números de textos suplicando o fim ou o controle das campanhas, porém, como ressaltado, nesta pesquisa analisaremos apenas dois projetos políticos de nível macro conhecidos como a Paz e Trégua de Deus.

Um contemporâneo astuto pode ter percebido a inquietação que o tempo presenciava, filhos de grandes nobres marginalizados da herança da família em detrimento do primogênito, participavam muitas vezes de um estímulo a violência e sentimento de conquista, buscando acima de tudo ser reconhecido e conquistar seu próprio *dominium*<sup>37</sup>, causando mortes e derramamentos de sangue por onde sua sede passasse, exigindo uma resposta da Igreja em regulamentar a violência como prática inerentemente humana, logo que raramente conseguia controlar o interesse na batalha nestes homens com palavras ou ameaças.

---

<sup>34</sup>BASCHET, Jérôme, *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*, São Paulo: Globo, 2006, p 113. Ritual e procedimentos com a finalidade de vingar algo ou alguém, era normal ser evocada por grupos restritos, como as famílias e os clãs.

<sup>35</sup>BASCHET, Jérôme, *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*, São Paulo: Globo, 2006, p 113.

<sup>36</sup> A tradição de depositar toda a herança a apenas o filho homem mais velho, renegando aos demais o direito à herança.

<sup>37</sup> GUERREAU, Alain. Feudalismo, um horizonte teórico. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, p. 215: Cabe aqui observar que *dominium* é compreendido como uma dominação única sobre os homens e sobre as terras de um modo que as noções de propriedade (plena) e de soberania (de Estado) não tem equivalentes na realidade medieval.



A prática dos saques e assaltos contra a população pela cavalaria espalhava um temor pela sociedade mais carente e pelos integrantes do clero, demonstrando que o projeto das três ordens não conseguiu apaziguar ou mesmo normatizar a sociedade, deixando como alvo principal os camponeses que eram incapazes em sua maioria de comprar equipamentos militares ou mesmo possuir relações de parentescos fortes com os grandes poderes laicos, sendo assim durante o século XI é notável a preocupação da Igreja em controlar o furor que os homens possuíam pela batalha.

Sendo assim, a Igreja instituiu em primeira instância a Paz de Deus, que exigia de forma genérica o não ataque aos indefesos, os membros do clero, e proibia o estupro, etc. Para, logo em seguida instituir a Trégua de Deus, projeto político-ideológico esse que limitava os dias autorizados para o combate, proibindo o uso de armas e o exercício da guerra na Quinta-feira do Perdão, na Sexta-Feira à paixão de Cristo, o Sábado à Aleluia e no Domingo à Ressurreição do Salvador, assim como, em outros dias do calendário considerados sagrados na cronologia litúrgica como, por exemplo, na Quaresma. No entanto, ao passo que a Igreja buscava normatizar a agressão, deixando datas, momentos, leis e situações em que ela não é pecaminosa, ao mesmo tempo não está justificando a prática da violência?

Logo, é perceptível a metamorfose que o conceito de violência foi configurado e transformado, passando de um ato bárbaro, pecaminoso e de um mal aceito apenas em casos extremos, em que a comunidade cristã esteja declaradamente em perigo para uma prática quase que comum e aceita desde que obedecesse regras simples, ordenando apenas que os guerreiros e cavaleiros combatessem contra homens armados ou inimigos da fé sem levantar jamais sua espada contra seus irmãos e irmãs, caso contrário sofreriam excomunhão e várias outras punições de cunho espiritual, jurando sobre relíquias cada guerreiro teve que se comprometer em proteger a comunidade cristã e “resistir ao roubo”.

A própria sociedade imprimiu na violência um caráter completamente diferente, a Igreja já não mais possuía uma distinção clara com as Ordens Militares, estando constantemente familiarizadas por laços de parentescos ou mesmo por de fato utilizar da guerra como mecanismo para fins mais variados e em alguns momentos pessoais. A justificação da violência assistida no século XI revestiu a guerra de um caráter neutro, o integrante do clero que aceitasse a Paz e Trégua de Deus já não a condenava mais,

apenas carecia de respeito a outras vidas que pouco interferia nas campanhas militares dos poderes laicos, garantido uma mínima preservação das estruturas sociais e salvaguardando o máximo de vidas.

Assim, como a organização de toda uma linha de pensamento em torno do imaginário de um conflito bélico mais organizado, justo e condicionado a apenas aqueles que o busquem, com o mínimo de dano colateral para as classes inocentes ou aquém a ele. A Paz de Deus e logo em seguida a Trégua de Deus, foi criada e ganhará força entre os cavaleiros e integrantes do clero dos mais variados níveis. Um modelo de “guerra justa”, muito diferente daquele modelo político religioso desenvolvido por Agostinho no século V, em visto que apenas normatizou a violência sem condená-la ou glorificá-la, buscando apenas uma “violência autorizada”, demonstrando uma gigantesca alteração na própria mentalidade medieval e da Igreja como instituição social determinante.

O desenvolvimento da ideologia da <<Paz de Deus>> caminhou de mãos dadas com as últimas fases da feudalização. Foi pela primeira vez expressa um pouco antes do ano 1000 no Sul da Gália, região onde se deu primeiro o colapso da autoridade real. Lentamente esta ideia foi ganhando uma certa consistência, embora se tenha espalhado por toda cristandade latina sob diversos aspectos. (...) Mesmo assim, a instituição da Paz de Deus teve profundas repercussões sobre o comportamento dos homens e sobre as bases elementares da vida económica<sup>38</sup>.

A primeira coisa a ser notada nessa manifestação do clero em emitir esses projetos de controle seria a óbvia problemática: se a Igreja proibia, então quer dizer que provavelmente tinha se tornado um habito comum ou pelo menos forte o bastante para ser preocupante para os membros do concílio. Contudo, a segunda é analisar até que ponto o projeto político-moral da Paz e Trégua de Deus de fato conseguiram repercussão.

A violência novamente é designada como forma de coação ou exercício de uma instituição ou grupo particular objetivando um fim exclusivo, em alguns casos a formação de alma e sua proteção, em outros como projetados pelos senhores feudais a expansão e conquista. “Violência” está associada neste caso a dois tipos de forma de opressão, meios diferentes com mesmos objetivos. Em seu caráter relativamente “neutro” a Paz de Deus e com seu relativo fracasso a Trégua de Deus buscaram

---

<sup>38</sup>DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento económico europeu (séc VII-XII)*, Lisboa: Estampa, 1978, p.179.

justificar a exploração senhorial e proteger os portões da Igreja, sem a necessidade de um poder laico central normatizando as guerras em um código de conduta que todo cavaleiro deveria jurar sobre relíquias consideradas sagradas.

O cavaleiro já não mais poderia simplesmente adentrar em batalhas e combates apenas pelo seu interesse, devendo por juramento a Deus e a seus pares um conjunto de fidelidades e respeitos a regras que legitimassem sua atuação em cada derramamento de sangue. Um movimento de paz, que se dedicava a canalizar a violência para torná-la cada vez mais rara e com poucas baixas.

Seguindo desse pressuposto pensamos em nossa pesquisa a Trégua e a Paz de Deus como projetos políticos criados pela Igreja com o claro objetivo de regulamentar a prática militar. Partindo por duas vinhetas que se entrelaçam em tema e proporção, com o fundamento teórico que toda historiografia é contemporânea ao tempo e cultura em que foi escrita, podemos analisar que até mesmo a visão desses dois eventos foi “contaminada” pelos interesses de pessoas e instituições posteriores ao fato, em visto que perpassam por um debate historiográfico muito acirrado, afetando a percepção de violência e de sua regulamentação, provocando debates e discussões que até o início do século XXI não conseguiriam responder tão claramente.

Thomas Bisson supõem que assim que o poder central dos carolíngios fora devastado, gerou-se na região uma “anarquia feudal” que estimulou a violência em larga escala e um sistema caótico, a prática da vassalagem teria disseminado pela Europa como forma de responder essa problemática e contensão social, consistindo basicamente em conceder terras, honras e direitos aos escolhidos exigindo-lhes em contrapartida apenas a total fidelidade, traduzida em ritos, afetos e tradições, um destino constantemente presenteada graças as relações de afeto<sup>39</sup> e não de mérito. Em seu artigo *The Crisis of the Twelfth Century: power, lord ship and the origins of European government* (2009)<sup>40</sup>, compreende o autor na violência e no corpo militar do século XI e XII um caráter personalista da manutenção do poder, que necessitava ser agressivo, opressivo e destrutivo, pois não possuía legitimidade na tradição visto que era recente e não eram sacralizados. Como o papa Gregório VII possuía em suas terras, buscou exercer seu *dominium* como um senhorio-episcopal.

---

<sup>39</sup> O poder era domesticado na submissão e alianças de afeto, na cordialidade, parentescos, tradições, ritos e juramentos que deveriam garantir as boas relações entre os senhores feudais.

<sup>40</sup> BISSON, Thomas N. *The Crisis of The Twelfth Century: power, lordship, and the origins of European government*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2009, p.15.

Bisson em sua obra sublinhou a mudança da mentalidade, especialmente em relação ao papel social empregado à violência, uma modificação de uma agressividade “anterior” transformada em uma mais “recente”, cujo principal fator foi a manutenção da hierarquia social conquistada a partir de combates “privados” por senhores e seus seguidores caracterizados pelo autor como “pessoal, afetivo, mas desumano, militante, agressivo, não construtivo”. Julgando a Paz e Trégua de Deus como manifestações do clero e do campesinato em se proteger desse furor banal dos senhores feudais em conquistar um sistema completamente aquém dos desejos dos cavaleiros.

É preciso salientar que a análise de Thomas Bisson deixa uma questão pertinente: se os guerreiros não sentissem a necessidade de jurar proteção e cumprir determinadas leis que restringissem a violência e justificassem a exploração senhorial, por que eles aceitariam os termos da Paz e Trégua de Deus em seus juramentos? Se eles eram tão incapazes de criar e construir como Bisson alega, como houve um aumento substancial de castelos, fortes e inovações técnicas produtivas?

No entanto, até mesmo a delimitação da análise sobre violência talvez seja a questão mais tensa apresentada nessa pesquisa monográfica, pois é muito difícil comprovar plenamente minhas hipóteses e delimitar claramente um conceito tão historicamente arquitetado e tão abstrato quanto a “violência”, tornando ainda mais complexo deduzir o que exatamente estimulou sua propagação durante o tempo e espaço, deduzindo-a como algo muito maior do que apenas como uma violação física ou religiosa. Neste horizonte de possibilidade, a resposta desse questionamento nos mais variados teóricos está umbilicalmente ligada à percepção individual e socialmente construída sobre o tema “contaminando” cada artigo, periódico e monografia de um toque por bem ou por mal contemporâneo.

Em sua análise qualitativa, mas pouco quantitativa, Bisson reproduz uma série de preconceitos a respeito da violência para o medieval, impondo um ritmo contemporâneo às questões de uma sociedade de outrora, refletindo um debate maior de nossa sociedade do que a investigada. A tendência a imaginar desordem na falta de um governo central, geradora de caos e de uma classe apenas destrutiva, caótica e violenta, sem compreender que dentro da cultura medieval do século XI e XII existia uma organização e focos em construções laicas, a guerra e a violência não eram travadas por pura selvageria. Como já vimos nesta pesquisa, ela existia em uma estrutura cada vez mais complexa.

Em resposta a esta tese, levantou-se em apenas alguns meses uma crítica na mesma revista de Oxford, escrita e desenvolvida pelos pesquisadores Timothy Reuther e Chris Wickman<sup>41</sup>, criticando exatamente essa suposta percepção tradicionalista dos movimentos da Paz e Trégua de Deus, imaginados como manifestação consciente de classes exploradas e completamente alienadas dos cavaleiros, visto que já foram descobertos inúmeros artefatos e ritos que foram utilizados como forma de prender os cavaleiros a sua honra e moral. Os autores sugerem que jamais houve uma completa falta de ordem pública ou das instituições sociais reguladoras, que mesmo no período de anarquia houve violência, como em toda sociedade em cada tempo humano, deixando a essa percepção de aumento na “violência”, apenas uma visão tradicionalista de rei fraco/fraco rei.

The qualifications in a text like the oath of Beauvais are not a compromise between sheep and wolves; they show the respect in which oaths were held in this society. To swear generalized respect for all church buildings, for example, might mean a choice: allowing wrong-doers to get away with crimes; or imperiling both the honour and the souls of those who swore the oaths, should they be confronted with a wrong-doer who had taken refuge in a church or a building physically associated with it<sup>42</sup>.

A violência já não mais seria uma ruptura com um poder central, geradora de caos e mortes sem sentidos, mas sim uma força motriz que possuía em seu âmago a mesma capacidade de construir e destruir que em todos os períodos da história possuiu. Um contexto hostil que a Igreja constantemente buscava moldar para melhor utilização, reutilizando de passagens e citações da Bíblia e de santos para melhor legitimar seu poder.

Contudo, imaginar que Agostinho de Hipona, no século V, ou a Igreja durante o início do segundo milênio em seus concílios, escrevendo páginas e mais páginas, recheados de letras em latim, conseguiram de fato comandar os desejos dos senhores leigos em expandir, crescer, pilhar e conquistar. Seria um equívoco hediondo, contudo também não devemos nos esquecer da eminente capacidade da Igreja em criar, controlar e educar seus crentes a partir da oralidade de seus ensinamentos.

---

<sup>41</sup>REUTER, Timothy Reuter; WICKHAMN, Chris. The “Feudal Revolution”: Reply. Past and Present, Oxford, no. 155, 1997.

<sup>42</sup>Idem. p.184.

As relações sociais do cotidiano durante o século XI e XII estavam umbilicalmente ligadas às instituições sociais dominantes, compreender esta lógica distinta do pensamento moderno é fundamental para melhor compreensão da transformação que seria presenciada durante esse período a respeito das justificativas eclesiásticas para a violência, uma maior interlocução entre os poderes temporais e atemporais buscando em várias situações unir objetivos em terras cada vez mais distantes.

A Paz de Deus e Trégua de Deus foram defendidas por vários integrantes do clero e dos poderes laicos. “Que nenhum cristão mate outro cristão”, frase proferida pelo bispo de Norbonha, em meados de 1054, se tornou a ordem da vez. Nenhum sangue cristão deveria ser perdido em batalhas desnecessárias, buscando canalizar essa força ociosa para um objetivo comum para toda a cristandade, a expansão para o oriente.

Jacques Le Goff percebe nessa ampliação das guerras justas um embrião das cruzadas, uma guerra completamente diferente de todas já realizadas e que, por ventura, ainda haveriam de ser, essa batalha não seria mais apenas justa, ela seria santa.

Expandido seu conhecimento, raiva e desejo para muito além de seus territórios já tão conflituosos, o mundo Islâmico iria ser aberto e entraria em contado com a cultura dos herdeiros dos ensinamentos deixados pelos apóstolos de Cristo. Diante desse movimento, os cronistas eclesiásticos e monges nutriram verdadeira paixão. Bernardo de Claraval<sup>43</sup> (1090-1153), filho de um cruzadista iria falar com toda sua eloquência a todos que buscassem ouvir as novas, efervescendo os cristãos em uma mistura de sangue e pureza, sacralizando a guerra e o derramamento de sangue, julgando a Igreja como o único norte que o mundo poderia e teria que seguir, difundido um anseio por mais movimentos cruzadistas e legitimando, principalmente, a Ordem dos Templários como os únicos guerreiros a serem respeitados por todos os cristãos, a verdadeira *milites templi*.

O dever do cristão durante as cruzadas para com o mundo seria alterado drasticamente, aceitando o caráter verdadeiramente universalista da religião cristã, a violência se tornaria um recurso, mais uma vez, viável pela sua capacidade de transformar os poderes das regiões que toca, que nas cruzadas foram direcionadas

---

<sup>43</sup> Claraval que por ventura foi construída em terras doadas por Hugo de Champagne, dito-cujo vassalo, Hugo de Payns, que viria a ser o grande mestre e fundador da Ordem dos Templários.

contra os denominados mulçumanos ou sarracenos. Religiões e sacerdotes tão próximos em tantas características morais-filosóficas, hiatos fundamentais de mundos diferentes, mesmo que em alguns momentos singulares a relação possa ter sido pacífica e de até relativa transação comercial e cultural.

A Igreja como força dominante do período em seu papel de instituição social formadora de pensamentos e ações transformaria o conceito da violência ao longo do tempo e espaço, com discursos e proibições e transferiria esse ato da pura barbárie, para uma neutralidade “pós-revolução feudal”, transformando-a no século XII em um verdadeiro processo de sacralização que jamais seria repetido com tamanha força e apoio popular. Sim, imaginar que o discurso político religioso possuía o poder de modificar a estrutura do tempo e espaço foi o que objetivamos, entre outros pontos, apresentar neste primeiro capítulo.

A seguir, no capítulo II e conclusivo de nossa monografia de fim de curso, apresentaremos como Bernardo de Claraval lidou com a violência, justificando-a, sacralizando-a, enfim, lidando com este enunciado que, como pudemos demonstrar aqui, é profundamente complexo.

## **CAPÍTULO II: IGREJA, GUERRA E VIOLÊNCIA: BERNARDO DE CLARAVAL, OS TEMPLÁRIOS E O ESPAÇO DE JUSTIFICAÇÃO DO DISCURSO**

A análise sobre as Cruzadas e a própria estrutura de pensamento de Bernardo de Claraval tem sido denso e eficiente em suas mais diversas problemáticas, contudo esta pesquisa busca impor a este tema já tão estudado uma nova perspectiva, partindo pelo viés de uma análise interdisciplinar do conceito de violência na obra *De la exelencia de la nueva milicia: dirigido a los caballeros templarios de Jerusalén*, compreenderemos uma análise macro da sociedade e de sua complexa rede de significado e significações.

Este texto buscou no século XII desenvolver o arcabouço ético-teológico para a legitimação dos templários, servindo-se de uma narrativa eloquente e simbólica cristã para invocar em seus leitores um apego a uma nova percepção sobre violência em conjunto com um novo ideal de guerreiro cristão. Os templários, ou seja, os guardiões do templo, seriam homens que por essência misturam a função militar e religiosa de forma unificada, possuindo uma ordem e ritualística própria que garantia sua purificação e sua eficiência no campo físico e militar. Analisar esse distinto projeto político religioso que sacraliza a violência em um contorno de salvação e glorificação nos destaca toda uma gigantesca modificação da mentalidade e cosmovisão da sociedade cristã.

A capacidade do discurso em comover um sentimento de unidade até então jamais visto na Europa Ocidental seria testado até o seu limite pela Igreja, utilizando de conceitos caros a cultura do período, como: justiça, sagrado, Terra Santa e Infiel, todos eles seriam constantemente utilizados em sermões que buscavam jogar a cristandade contra o Oriente já tão conturbado. A proteção dos espaços sagrados e dos peregrinos seriam as justificativas<sup>44</sup> e o símbolo de propaganda para os cavaleiros levantarem suas espadas e cruzarem o continente.

A justiça ou injustiça está além do indivíduo e de suas faculdades mentais<sup>45</sup>, é um fenômeno social abstrato e poderoso, construído e em eterna construção que perpassa a sociedade e suas instituições sociais em suas mais complexas relações com

---

<sup>44</sup> Percebemos justificativa como a ação de tornar algo justo, ou seja, bem aceito pela sociedade em que fenômeno social fora desenvolvido.

<sup>45</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.



sua rede de significados e ações. A própria percepção do limite entre o certo e errado são discursos criados para circular, coordenar e ganhar apoio de uma massa que considera seus atos “justos” em detrimento das ações “injustas” e “impuras”, despertando sentimentos e anseios diferentes conectados a seus preconceitos, especialmente em uma sociedade que os homens acreditavam que seriam por essas escolhas e ações que eles conquistariam o Reino do Céu. Desde que o ato seja considerado justo por todos, ele automaticamente ganhará permissão para ser realizado, conquistando força e tornando sua realização mais simples e menos onerosa, seguindo essa lógica a Igreja continuamente tentou modificar a percepção sobre violência e justiça na mentalidade dos seus fiéis, para melhor contribuir com seus anseios no campo de batalha.

No entanto, toda transformação em nível macro ao ser estendida em um pano de reflexão elucida a necessidade que em sua origem exista uma grande quantidade de catalisadores internos e externos, que juntos serviriam para a modificação da mentalidade em nível macro e micro, ao analisar como influenciadores de tamanha mutação poderemos enxergar durante o século Chico símbolo representado pelos peregrinos, os anseios das pessoas já tão populosas por mais terras, os movimentos dentro e fora da Igreja buscando controlar a violência com a Paz e Trégua de Deus, as aspirações de filhos de cavaleiros por alcançar terras e direitos e o medo que fora instigado na invasão mulçumana na Península Ibérica desde o século VIII.

Eis uma perspectiva importante, a fobia<sup>46</sup> seria um catalisador bastante influente, não apenas dos perigos da vida terrena, mas dos anseios com o espiritual. O pavor de ser conquistado, o terror em ser um pecador e viver em um reino de sofrimento e dor, em conjunto com receio de ser atacado pelo inimigo da sua fé. A própria “reconquista” da Espanha tinha fortemente favorecido o receio dos Europeus sobre o Islamismo<sup>47</sup>, que seria um império a ser temido como a manifestação do demônio<sup>48</sup> e dos infiéis, garantindo um viés de guerra de um caráter religioso jamais visto na cristandade, convocando guerreiros e mercenários de outras regiões para combater contra o inimigo comum. Dentro da mentalidade cristã do século XI e XII o medo de ser atacado e

---

<sup>46</sup> É a percepção atribuída quando acreditamos estar sob uma ameaça, podendo ser um perigo físico, psicológico ou espiritual.

<sup>47</sup> Pouco se sabia sobre o Islamismo na Europa do século XI, apenas era imaginado para boa parte dos leigos como uma manifestação do demônio e inimigo da cristandade.

<sup>48</sup> Durante as Cruzadas a própria imagem de Maomé estaria intimamente ligada ao demônio, como uma manifestação terrena das forças do inferno.

conquistado por herdeiros de outra religião era um pavor social, que seria constantemente utilizada como catalisador de ódio e violência contra o oriente.

A Igreja como instituição social responsável pela proteção da comunidade cristã buscou responder a essas diversas problemáticas que surgiam, como o direto reflexo do relativo fracasso da Paz e Trégua de Deus a Igreja passara por um processo conturbado, as suas portas clamavam um enumerado números de fieis desejando proteção contra o fervoroso desejo dos cavaleiros laicos de crescer e pilhar, o medo não seria mais apenas das classes mais abastadas, não mais. Era necessário controlar esse desejo animalesco, se possível revitalizá-lo, contudo dessa vez deveria ser para uma função coesa para com os desejos da própria Igreja, seguindo essa problemática que os discursos acerca da violência seriam pautados.

Como já foi ilustrado nesta pesquisa, a mentalidade proposta a elaboração da teoria das três ordens perpassando pelas concepções de Paz e Trégua de Deus revestiram a guerra não mais de um caráter impuro e sujo, mas sim de um simbolismo de neutralidade condicionada, desde que fosse respeitada regras e condições impostas pela Igreja ela possuía justiça em seu ato.

Logo, analisando essa percepção pelo viés da violência, tal ação não mais revestida de um caráter negativo e arbitrário, deixando de ser “pecaminosa” e se transformando em algo que apenas necessitava de um controle “justo”, sendo que tal limite de justiça seria condicionada pelos parâmetros da própria Igreja.

Neste teatro de ventríloquos, a Igreja possuía um papel de protagonista, formadora de almas e de horizontes de perguntas e respostas, onde o ser humano era constantemente diminuído em sua individualidade para conseguir o Reino do Céu. A capacidade de estimular paixões, de contornar desejos e de fazer pactos e conceições permitiu a Igreja em conjuntos com os poderes laicos um enumerado de movimentos que ganharam proporção gigantesca, imensurável e que jamais se repetirá no decorrer da história, as Cruzadas.

## **2.1. O espaço: As cruzadas**

O começo das Cruzadas propriamente dito é muito complicado informar, visto seus estímulos perpassam por um jogo de valores muito complexo, contudo a

participação do mundo cristão se inicia de forma direta quando Bizâncio pede ajuda à Igreja Ocidental contra os ataques turcos às suas fronteiras, Urbano II percebe em tal combate uma solução para vários problemas da cristandade, utilizando como catalisador tal pedido de socorro em algo muito maior do que uma simples defesa contra invasores.

Em seu discurso em Clermont, em 1095, desenvolve um sermão apaixonado e fervoroso a fim de incentivar os cristãos a combater uma guerra religiosa contra os inimigos da fé, tais guerreiros deveriam proteger os lugares sagrados e com isso garantir o melhor desvio da violência que a sociedade européia ocidental presenciava para um objetivo comum, nesse apelo o papa constrói o esboço ideológico do que viria a ser todo o movimento cruzadista:

[...] No passado vocês não lutaram em perdição? Não levantaram aço contra iguais? Orgulho, avareza e ganância não foram suas diretivas? Por isso vocês merecem a danação, o fogo e a morte perpétua. Nosso Senhor em sua infinita sabedoria e bondade oferece aos seus bravos, porém desvirtuados filhos, a chance de redenção. A recompensa do sagrado martírio. Ó Francos, ouçam! Deixem a chama sagrada queimar em seus corações! Levem justiça em nome do Supremo! Francos! A Palestina é lugar de leite e mel fluindo, território precioso aos olhos de Deus. Um lugar a ser conquistado e mantido apenas pela fé. Pois chamamos por suas espadas! Lutem contra a amaldiçoada raça que avilta a terra sagrada, Jerusalém, fértil acima de todas as outras. [...] Marchem certos da expiação de seus pecados, na certeza da glória imortal. Deixem as hordas do Cristo Rei se atracar com o inimigo! [...] Que agora o exército do Deus único grite em glória sobre os Seus inimigos! Louvado seja o Senhor meu Deus! Gritaram as centenas de cavaleiros Francos reunidos no campo de Clermont<sup>49</sup>.

Urbano convoca todos os cristãos a presenciar um momento especial para a cristandade, clamando neste sermão pelos filhos pecadores da Igreja –a cavalaria – para combater em uma campanha justa e cristã, lutando corpo a corpo contra os mulçumanos, derramando sangue de seu inimigo e conquistando Jerusalém. É possível perceber a modificação de mentalidade neste trecho, afinal as Cruzadas garantiriam que os cruzadistas que matassem em nome de Deus e da Igreja já não seriam mais pecadores, pelo contrário, seria pelo uso de sua espada que receberiam o perdão de todos os seus pecados feitos em vida.

Há que pensar que o controle da violência progrediu da normatização e classificação da Paz e Trégua de Deus, para um enobrecimento das Cruzadas, onde a violência seria justa desde que possuísse um fim transcendental determinado pela

---

<sup>49</sup> GUIBERT DE NOGENT. *Histoire des Croisades*. II. Éd. Guizot, 1825, Paris, pp. 46-52. HISTORIE Anonyme de la Première Crusade (Gesta Franco Francorum et aliorum Hierosolimitanum, c. 1099), Editée et Traduite par L. Bréhier, « Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Age », Les Belles Lettres, 1964, Paris (Version bilingüe latin-francés), p. 3-205. Trad. Del francés por José Marin R.

própria Igreja, uma transformação sobre a percepção eclesiástica sobre a violência vista que agora o interesse da Igreja era colocá-la sobre seus cuidados e comandos, julgando o cavaleiro como seu servo que deveria lhe obediência. A Igreja incumbi a responsabilidade da cavalaria em conquistar a Terra Santa, que deveriam aceitar se não desejassem ser acometidos pela eterna danação logo após sua morte

Este ponto é fundamental para toda reflexão, as Cruzadas sem toda suas facetas seriam em última instância uma guerra de méritos, o combatente lutava esperando a recompensa pelos seus serviços prestados tanto para Deus, com a purificação de sua alma como com objetivos temporais: terras, recursos, direitos e pagamentos.

No entanto, tal campanha militar só seria possível com a ajuda dos poderes laicos e da cavalaria, em uma manobra discursiva, Urbano II culpou os cavaleiros por serem avarentos, orgulhos e gananciosos, convoca “bravos, porém desvirtuados filhos”, logo pecadores.

Urbano II promete nesta guerra de méritos, terras banhadas de “leite e mel fluindo” e de riquezas tão já idealizado dentro do imaginário coletivo da sociedade medieval, graças ao intercâmbio comercial entre estes já conhecidos povos. Com o crescimento comercial e demográfico do século XI e XII, a Europa precisava de um escoamento para pessoas e mercadoria, tornando a viagem para Jerusalém também interessante em questões econômicas. .

Logo, as Cruzadas seriam uma campanha de uma variedade de motivações surpreendentes, materiais e espirituais, sendo que ambas se correlacionam em magnitude e interesse, partindo do desejo da Igreja em controlar e manipular a violência estendendo até o crescimento comercial, ressurgimento de cidades e expansão populacional vertiginosa após o ano mil.

Contundo, não marginalizando as variadas facetas demográfica e econômicas que motivaram os cruzadistas, as Cruzadas em sua análise mais profunda e metafísica foram uma campanha com um simbolismo completamente religioso, revestida em uma mentalidade e espiritualidade<sup>50</sup> que permitiram a Igreja em seus sermões e orações convocar inúmeros homens a combater um inimigo de outro continente, com o objetivo proteger Igrejas e espaços que outrora teriam sido tocados por Deus ou pela fé dos

---

<sup>50</sup>Modelo de pensamento é a manifestação declarada de uma determinada religião ou crença, normalmente estruturada em ritos, dogmas e símbolos que serviram como um arcabouço concretos de seus pensamentos metafísicos.

homens. Tal campanha militar seria uma extensão física dos desejos e anseios espirituais dos homens.

Seria um erro grotesco pensar as Cruzadas em uma mentalidade reducionista de uma simples batalha em busca de um objetivo físico ou espiritual. Não, ela deve ser compreendida em sua magnitude e variedade, intercalando todos os aspectos da sociedade e do tempo que ela fora produzida, sem esquecer dos agentes históricos que a influenciaram e das pessoas que por ela viveram e morreram.

Nesta necessidade por compreensão mais ampla, partiremos inicialmente por uma perspectiva abstrata da espiritualidade para logo em seguida intercalar com os fatos físicos que a influenciaram, ao analisar cada documento do período enxergamos o fato dos seres humanos e como reposta o próprio conhecimento necessitarem exteriorizar seus pensamentos e anseios, mesmo que criptografados tais sentimentos e mentalidade interna que ao serem expressos, com palavras, ritos e ações transcendem o indivíduo e servem como um testemunho de uma época e uma sociedade.

Neste encontro interdisciplinar, compreenderemos as Cruzadas e posterior a percepção de Bernardo de Claraval sobre a legítima violência sem esquecer os anseios da Igreja e dos variados poderes laicos. Contudo, antes é necessário compreender a espiritualidade que o cercava.

## **2.2. A espiritualidade cristã do século XII: Debates acerca dos significados e símbolos que compactuam com o fenômeno social da violência**

A cultura, a tradição e a dúvida são os substratos que em seu mais profundo eixo garantem a variedade infinita de ações e contra ações, significados e significantes para a raça humana como um todo, e carregar consigo uma estrutura completamente interpretativa, ou seja, hermenêutica. Deve ser compreendido que até mesmo a racionalidade perpassa obrigatoriamente pela tradição, o pensar, sentir, amar e desejar de cada ser humano estão umbilicalmente ligados a seu espaço e tempo, compreender suas ações é antes de tudo abrir uma contra análise desse horizonte de aprendizado.

Partir pelo viés da espiritualidade do período medieval é complicado, não que neste período os homens tenham sido mais ou menos religiosos que os outros seres humanos em suas diferentes sociedades, pois a própria percepção de fé está

extremamente conectada em todos seu viés a uma instituição social que não apenas se dedicava aos seus deveres espirituais, éticos e morais, mas que almejava um controle universal do cotidiano dos indivíduos e de suas práticas em suas mais diversas formas, a Igreja seria essa membrana que buscaria a todo o momento coordenar as ações de todo o corpo.

Tal instituição social possuirá durante toda a denominada pelos historiadores Idade Média, uma função primordial na construção da percepção de fé e realidade da própria sociedade, sendo a coluna vertebral que emitirá desejos e comandos, determinando na instância mais profunda a rede de significados e ações dos indivíduos, logo que repousa no fato da natureza espiritual dos cristãos exteriorizar sua fé em algo perceptível e universal.

Seguindo desse pressuposto teórico, compreenderemos a mecânica das práticas sociais e dos grandes anseios da sociedade como uma extensão de uma mentalidade impregnada pela religiosidade, cuja forma, imagem e extensão serão debatidos ao longo dessa pesquisa, procurando visualizar um hiato formador e central da cosmovisão dos homens, em seguida poderemos analisar com mais eficiência sua percepção sobre a violência e suas diferentes justificativas.

Contudo, em priori é necessário inicialmente elucidar conceitos teóricos a respeito da própria religiosidade e fé para melhor construir o arcabouço teórico de tamanha reflexão.

A fé nada mais é do que um modo de interpretação daquilo que não é acessível para o ser humano em seu aspecto físico, já que o objeto de desejo não é acessível pelo uso de nenhum mecanismo ou método criado até o momento, é nesta interpretação transcendental dos fatos que esta garantia subjetiva se fundamenta, em um saber teórico da tradição as questões do cotidiano são intercaladas por elas e são consideradas até mesmo reflexos físicos de um médio transcendental.

Esta interpretação necessita ser acompanhada obrigatoriamente pela total abstinência declarada a dúvida, uma completa construção da verdade como um conhecimento já conquistado, distinguindo os indivíduos entre os que são "irmãos de fé" e aqueles que estão fora desse restrito círculo. A Igreja cristã possui como já foi explanado na pesquisa uma característica universalista, buscando a todo o momento transformar o mundo que se situa para o mais próximo de sua doutrina, tal manifestação

pode ser realizada a partir da violência ou do discurso. A fé é uma ação humana nas suas mais ambíguas formas que possui consequência em sua vida prática, externando anseios, interesses e crenças nas mais variadas sociedades, contudo durante o período medieval ela foi revestida de uma particularidade, produtora de uma sociedade que constantemente buscava interpretar as diferentes problemáticas com soluções que buscassem agradar o plano espiritual.

O cristianismo é, desde sua gênese, uma fé moral e universal, que bebeu da mentalidade expansionista romana e das escrituras e oralidade dos antigos discípulos de Cristo. Diante disso nos releva a importância de encontrar na fé e na tradição a substância formadora do caráter daqueles homens, visto que durante o período medieval não existiria maneira de um europeu fugir ou confrontar a própria religiosidade como uma “gaiola de ouro” ela perpassava todos os segmentos da própria vida, com ritos que vêm do seu nascimento, batismo, até sua morte, extrema unção.

Assim, analisar a espiritualidade é algo primordial para a reflexão de tal sociedade, considerando tal fenômeno do período feudal de uma maneira quadripartida, objetivamos analisar em quatro aspectos que se assemelham e interagem em uma manifestação simbólica e correlacionada de grande poder na mente do homem europeu do século XII: o sobrenatural como uma manifestação física e determinante na vida de todos, o clamor pelas batalhas tanto terrenas como julgadas espirituais, as peregrinações e a cordialidade<sup>51</sup>.

É no transcendental que o medieval buscava enxergar as respostas para os conflitos do plano terreno, o mundo seria uma extensão pouco confiável dos anseios da esfera espiritual, um reflexo deturpado que colocava truques e armadilhas na esperança dos tolos caírem, sobrando a apenas aos homens escolhidos pela Igreja proteger a cristandade contra o demônio e suas ações.

Neste parâmetro, o mundo seria apenas uma extensão de uma guerra que já existirá desde o início dos tempos, um conflito antológico entre as forças de Deus e as hostes do demônio, restando apenas aos homens contribuir com orações e obediência. A guerra espiritual seria já da própria espiritualidade da cristandade, contudo ao longo do

---

<sup>51</sup> Compreendemos cordialidade não como uma manifestação afetiva, mas como um acordo interpessoal ritualístico familiar que demandava respeito por ambas as partes necessárias de ajuda mútua.

século XI e XII tal espiritualidade será convertida em uma guerra física contra os inimigos da fé, ou seja, os considerados aliados do demônio nesta guerra santa.

Nesta complexa relação com o sobrenatural, derivada de um conhecimento meramente especulativo sensível que analisa os mais diferentes fenômenos naturais e sociais como prova de sua existência, que se torna possível enxergar uma razão as escolhas realizadas por essa sociedade, a supranaturalidade<sup>52</sup> dos eventos produziu ações como as Cruzadas.

(...) a supranaturalidade, isto é, a tendência a interpretar todos os acontecimentos como manifestação divina. Desse ponto de vista, a compreensão dos objetos e dos fenômenos devia se dar pela fé e sensibilidade, mais do que pela inteligência. O mundo terrestre era apenas um reflexo deformado do mundo celeste, imagem que o homem devia se esforçar por entender olhando para além das aparências materiais. (...) Identificar as forças sobrenaturais benéficas ou maléficas responsáveis por determinados acontecimentos, o homem podia tentar intervir por meio de preces, jejuns, peregrinações, exorcismos, amuletos etc. Portanto o mundo terrestre era visto como palco da luta entre as forças do Bem e do Mal, hordas de anjos e demônios<sup>53</sup>.

O homem medieval acima de tudo enxergava os acontecimentos como uma manifestação do espiritual: pragas, infestações, guerras, desejos e a própria violência nada mais era do que apenas uma consequência de algo atribuído ao sobrenatural. Este elemento central determinara as ações dos indivíduos e instituições sempre buscando agradar ou destruir entidades que fogem dos limites de resposta da razão<sup>54</sup>. Uma constante procura por satisfazer a Deus, derrotar o seu inimigo e conquistar a Terra Santa prometida por ele.

É próprio da natureza humana esta busca pelo inexplicável, por uma totalidade que ultrapassa seus limites, visto que procura problemas e duvidas em busca de uma suposta progressão ao melhor, mesmo que a ideia possa ou não ser comprovada sua pergunta já elucida interesses que serão respondidos da melhor forma possível, enxergando fases de sua experiência sensorial como testemunho ou prova de tamanha reflexão.

Neste viés de reflexão a vida e a morte deixam de ser apenas uma manifestação da natureza no momento que a comunidade o caracteriza como uma manifestação

---

<sup>52</sup> Compreendemos como um fenômeno social que considera a todos os eventos um reflexo direto do sobrenatural.

<sup>53</sup> FRANCO, Hilário Júnior. *Feudalismo: Uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa*, São Paulo: Moderna, 1999, p. 78.

<sup>54</sup> Kant, Imanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.



sobrenatural do temperamento de Deus, da mesma forma os clérigos no século XII analisaram o fenômeno da violência como declaração da falta de fé e desobediência dos homens aos anseios de Deus, é nesta supranaturalidade dos fenômenos que buscaremos encontrar a razão dos atos.

Não existia forma do indivíduo fugir da percepção da fé no período medieval, logo que mesmo antes da fundamental compressão da individualidade ela já estaria comprometida, visto que particularmente no que convenhamos chamar de Idade Média era diminuído em detrimento dos desejos da comunidade e de sua classe social, sobre seu tempo e espaço deve-se compreender que ele perpassa um gigantesco meio que o afeta e determina umbilicalmente suas ações e pensamentos, tal tarefa como instituição social predominante estava condicionada a Igreja.

Visto a Igreja como uma instituição social que englobava o cotidiano dos homens em todas suas esferas, estimulando sua fé na verdade absoluta, produziria uma muito forte conexão no período medieval a Igreja, que possuiria a suposta conexão com o divino e por consequência com a verdade universal, carregando nas suas ações um anseio por satisfazê-la para conquistar méritos que apenas a Igreja poderia lhe conceber. Tal capacidade discursiva será constantemente utilizada para estimular a obediência e controle nos fiéis.

Todavia, é uma condição humana o questionamento, principalmente no âmbito metafísico da vida e do além morte, sendo assim a própria dúvida vive em uma coexistência com a fé na verdade absoluta, sendo contraditório porém completamente racional, criando um abismo que separa os desejos teóricos e as ações práticas. Não se deve compreender o imaginário medieval de uma maneira homogênea, pois nem mesmo a própria fé cristã era, contudo tal pensamento abstrato de procura e aceitação de uma verdade universal superior a todos, e se necessário conquistado pela violência.

Neste âmbito, a violência e o belicismo ganham uma importância primordial, pois seriam a direta conexão entre as necessidades da fé e a força dos homens, o momento em que o sobrenatural se toca de forma mais concreta com os homens. Era o papel destinado aos homens utilizarem da fé não apenas como instrumento de adoração, mas como sentimento contra os seus inimigos, principalmente contra os mulçumanos, húngaros e vikings ou qualquer doutrina considerada herética.

No entanto nem todas as batalhas poderiam ser combatidas apenas com espadas e cavalos, existiam outros combates, lutas espirituais que demandavam um tipo guerreiro especializado: os clérigos.

Deus e o Diabo nesta mentalidade constantemente influenciavam os pareceres dos homens contra os demônios, monstros da danação que apenas os guerreiros da fé – os clérigos – podiam combater com suas armas transcendentais, conjurando palavras e ritos que, em tese, invocariam o poder do Altíssimo conquistando uma vitória contra o inimigo.

Nesta eterna batalha, todos os homens cristãos possuíam um pacto não escrito com Deus, logo que recebiam a maior dádiva de todas, a vida, devendo em contrapartida dedicar-se incansavelmente em obedecer e seguir o caminho por ele comandado. Os hereges eram homens que tinham quebrado seus pactos com o Criador, tornando-se supostamente servos do demônio e desmerecedores da vida e da terra que foram uma dádiva concebida a eles, sendo papel dos verdadeiros cristãos fazer valer a punição em Terra desses inimigos da fé.

Encontra-se nessas três manifestações da religiosidade medieval uma preocupação idêntica: fundar um mundo sobre princípios rigorosamente cristãos, mesmo que seja necessário o uso da violência para esse fim. A violência necessária para a transformação desse mundo foi constantemente alterada seguindo essa mentalidade, se tornando no século XII uma manifestação sacralizada invariavelmente utilizada pelos cruzadistas para justificar seus atos.

Esta estrutura teórica coexistia com outras formas que seriam determinantes para a composição da mentalidade do século XII, não sendo apenas influenciados como também influenciadores.

Um dos traços psicológicos de maior evidência, como já foi demonstrado, nesse período seria o apego a guerra e o contratualismo<sup>55</sup>, a própria cultura da aristocracia ovacionava os grandes guerreiros, recitando suas histórias e utilizando dessa memória como maneira de legitimação social, onde a própria violência era direcionada por um complexo código de conduta. Um sistema de pactos e ritos que conectava todos os preceitos da vida política, econômica e cotidiana, exigindo respeito e ajuda mútua entre

---

<sup>55</sup>FRANCO, Hilário Júnior, *Feudalismo: Uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa*, São Paulo: Moderna, 1999.

Senhor feudal e seu vassalo, contundo, sem necessariamente criar um sistema de hierarquia.

Os cavaleiros, que seriam a classe militar especializada do período já possuíam desde os povos germânicos um traço cultural para a violência bastante acentuado, porém tal furor para o combate era direcionado e em sua cultura possuía uma razão, que buscava respeitar pactos realizados no passado ou que vingasse antigos aliados.

A própria imagem de Deus era produzida como um Deus-rei<sup>56</sup>, portanto detentor de todas as terras e recursos e que todos os seres humanos seriam seus vassalos, podemos melhor analisar essa percepção no batismo, onde o novo homem era purificado de todos seus pecados desde que promettesse se juntar a Deus e jamais dele sair<sup>57</sup>.

Utilizando desse sistema como forma de prender os homens a seu pacto com Deus que lhe dará a vida, e que facilmente poderia lhe jogar na danação eterna os homens seriam condicionados a aceitar os desmandos da própria Igreja, que durante o século XII estariam focados em conquistar e proteger a Terra Santa.

Nessa perspectiva, a sacralização da violência e as Cruzadas seriam apenas uma manifestação concreta de um conjunto de fatores que já existirá na sociedade, possuindo com a mais evidente manifestação concreta as Cruzadas, contudo tal movimento precisava ganhar apoio das diferentes classes sociais, produzindo uma questão fundamental: Qual símbolo a Igreja ira utilizar para melhor unificar e estimular os cristãos a participar do que futuramente seria conhecido como Cruzadas? Em que justificativa ela estruturara seu discurso de necessidade de conquistar a Terra Santa?

A peregrinação seria o fenômeno religioso que melhor se encaixaria nesses dois anseios, visto que graças a conquista dos mulçumanos (638) as peregrinações em rumo a Terra Santa seriam perigosas e inconstantes, seria papel dos verdadeiros cristãos proteger esse movimento que buscava simplesmente uma maior conexão com Deus a partir de lugares que segundo a mitologia cristã tinha sido tocado por ele.

Em vez de tentar apagar no coração do homem o clamor pela batalha e conquista, a Igreja busca utilizar da violência como um mecanismo de transformação,

---

<sup>56</sup> LE GOFF, Jacques, *A civilização do ocidente medieval*, Bauru, SP: Edusc, 2005.

<sup>57</sup> BASTOS, Mário Jorge da Motta, *O feudalismo: uma mentalidade medieval? Ponderações a partir de um artigo Georges Duby*, Universidade Federal Fluminense: 2013.

utilizando a peregrinação como símbolo máximo da cristandade, a visão do cristão ideal é vertiginosamente alterada para uma mistura direta entre fé e armas; ao invés de querer destruir esse sentimento inerente à natureza humana, a Igreja as conduzirá rumo a Terra Santa e proteção dos peregrinos que viajavam até o reino prometido por Deus aos seus filhos. Essas campanhas deveriam se utilizar dos símbolos que as peregrinações elucidam: austeridade, humildade, sacrifício, fé e busca do desconhecido, porém trajado em um equipamento de batalha, servindo a Igreja contra os inimigos da fé

Não deve existir confusões, não foi um simples maniqueísmo da Igreja em escolher a proteção dos peregrinos como responsabilidade de todos os cristãos, desde o começo da cristandade a própria peregrinação já era considerada tarefa fundamental para todos os cristãos<sup>58</sup>, chegando a existir vários casos de abandono completo da vida material apenas para se dedicar a fé e peregrinar pelos lugares santos, contudo durante as Cruzadas apenas houve um uso político para o já forte símbolo da peregrinação. Compreender a historicidade desse fenômeno é garantir uma maior confiabilidade na compreensão sobre essa sociedade.

O ato de praticar uma jornada em direção de um lugar sagrado a sua religião é uma prática comum as mais diversas crenças, pessoas ao redor do mundo e nos mais diversos tempos históricos participavam dessa prática, contudo a peregrinação durante o cristianismo possuía uma rede de significados e uma historicidade bastante particular, que ao compreendê-la poderemos dar um melhor enfoque na espiritualidade tão importante para Bernardo de Claraval e a sociedade do século XI e XII.

Desde que a mãe do próprio Imperador romano visitou a Terra Santa em meados do século IV, as peregrinações ganharam fôlego e repercussão na sociedade, afinal a Imperatriz em pessoa tinha caminhado pelos muros de Jerusalém em sua busca de Deus, garantindo reformas e financiamento para construção de Igrejas, particularmente a Igreja do Santo Sepulcro, que fora indiciado de ser o local preciso de um dos momentos mais importante para a teologia cristã, a ressurreição de Cristo depois de três dias de sua crucificação e que seria uma das principais justificativas da Igreja para a campanha cruzadista.

---

<sup>58</sup>Logo que a peregrinação é uma herança dos judeus, que enxergavam na peregrinação uma forma de encontrar a Deus.

Ao longo dos séculos, a Terra Santa prometida por Deus desde o início do judaísmo conseguirá encantar e fascinar a uma grande quantidade de cristão, os espaços físicos e cotidianos das passagens de Jesus que eram encontrados na Bíblia ganhavam um contorno sobrenatural e de adoração, conquistando o desejo e as paixões nas suas mais diversas formas. A possibilidade de ir orar nos caminhos que Cristo e Maria passaram era e é algo desejado por muitos cristãos, alguns chegaram a acreditar que ao rezar nessa região sagrada sua alma seria purificada.

Assim sendo os peregrinos caminhavam em Jerusalém buscando analisar em seu reflexo a Jerusalém celestial, cursando caminhos de fronteiras espirituais e não físicas. No entanto, as peregrinações estavam condicionadas a um fluxo político e de conquistas aparte dos peregrinos, sendo após a conquista árabe em 638, constantemente vistoriados por guardas mulçumanos os peregrinos passaram por dificuldades em chegar a Terra Santa<sup>59</sup>.

A concepção da peregrinação fortemente influenciara a concepção geral das Cruzadas: homens que saíam de seus lares enfrentando a fome, a sede, o medo de ser roubado ou morto por inimigos, buscando uma recompensa espiritual que seria lhe dada graças os seus méritos em vida.

Não se tratava porém de uma sacralização da cavalaria em seu conjunto, de uma legitimação de suas práticas, de sua ética. A salvação do cavaleiro, e aqui também sigo J. Flori, passava por sua “conversão”, por sua renúncia à secularidade. É isso, não mais se retirando do mundo, como fazia o monge, mas se retirando da “cavalaria do século” para juntar-se à “cavalaria de Cristo”. A criação das ordens militares constituiu a última etapa desse processo, arrematando o trabalho de sacralização, bem como de integração dos cavaleiros a sociedade cristã. A ordem militar é o âmbito institucional e espiritual da consolidação da “nova cavalaria”.<sup>60</sup>

Portadores de uma paixão religiosa sem igual, a sacralização da violência infunde nos homens e teólogos medievais a crença na salvação pelos méritos em campo de batalha, neste viés de transformação da percepção da espiritualidade fugindo da noção agostiniana e cristã primitiva para uma percepção mais agressiva e menos contemplativa. A divina providência, como força sobrenatural teria convocado o pacto com Deus de obediência, utilizando da violência como método de proteger os peregrinos e os lugares santos.

---

<sup>59</sup> Deve-se analisar que mesmo no período antes da primeira campanha ainda existia um fluxo considerável de peregrinos aceitos pelos mulçumanos, tornando a explicação de garantia do direito de peregrinar algo muito mais construído do que real.

<sup>60</sup> DEMURGER, Alain. *Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P24.

É a partir dessa lógica interpretativa que as Cruzadas serão realizadas, sem jamais esquecer dos aspectos físicos, econômicos e políticos que garantiram uma estrutura tão particular a tal fenômeno. Esta concepção mais abrangente do fato permite uma análise da percepção sobre a violência em indivíduos que possuíram um real destaque em tal período e será particularmente sobre Bernardo de Claraval, filho de um cruzadista e monge cisterciense que buscaremos compreender tal fenômeno.

### **2.3. Bernardo de Claraval e o discurso sobre a violência em *De la exelencia de la nueva milicia***

A percepção sobre violência é viva, simbiótica e mutável, criadora e desenvolvedora de preconceitos que constantemente são reavaliados em conjunto com seu meio social, tanto no interior quanto no exterior, ela precisa obrigatoriamente passar por uma consonância com os interesses da sociedade em que ela sobrevive, transitando em relações interpessoais e anseios sociais que a legitimem como uma prática recorrente e justa ou aceitável.

Imaginar, a releitura sobre a violência, principalmente no corpo eclesiástico antes e depois do discurso do Papa Urbano II é analisar um gigantesco leque de significados e interpretações, é compreender a espiritualidade e os diversos fenômenos sociais que por ela foram agentes ativos ou passivos, possuindo como maior manifestação concreta as Cruzadas, uma campanha que conseguirá submeter pobres e ricos a atravessar o continente em sua procura. Tal campanha foi tão fortemente estimulada pelo sermão do Papa Urbano II, o maior representante da Igreja no período, que buscou jogar a cristandade em um completamente novo modelo de imaginar a própria guerra e violência.

A primeira Cruzada<sup>61</sup> convocada por Urbano II, posteriormente conhecida como “Cruzada popular”, não foi ao contrário do que a literatura épica buscou desenvolver uma grande manifestação em conjunta de vários cristãos, pobres e ricos compartilhando o mesmo amor pela fé. Não, ela deve ser interpretada como várias expedições diferentes que convergiam para pontos semelhantes, que tinha conquistado uma legião

---

<sup>61</sup> A primeira cruzada também estimulou a violência contra os judeus em várias regiões da França e do Sacro Império Romano-Germânico, logo que também eram assimilados como infiéis

considerável de seguidores, homens que enfrentaram várias dificuldades em terra por várias regiões e que em 1099 com muito sangue conquistaram Jerusalém.

Tal apoio nos serve como prova de que tal discurso era bem aceito e compactuava com as necessidades físicas do século XI, escoando o aumento do contingente populacional em uma guerra sacralizada pela Igreja, permitindo aos cavaleiros exercerem sua função sem nenhum remorso em sua consciência. As Cruzadas seria uma nova procura por um novo horizonte de possibilidades, que solucionassem os já vastos problemas internos: com a ampliação dos comércios, geraria maior fluxo populacional, conquistando a recuperação da Terra Santa a partir da eliminação dos inimigos da fé cristã.

Ao fim da conquista de Jerusalém, a cidade fora tomada, o fanatismo, o ódio e desapego com a vida produziram uma das maiores chacinas da história da humanidade, garantindo a tomada e o sentimento de vingança pelos seus inimigos, contudo tal manifestação não deve ser compreendida como uma manifestação das dificuldades ou como um fenômeno extraordinário, o cruzadista como já foi visto agiam dentro da sua cultura já violenta, acentuada pelos seus desenvolvido ódio contra os infiéis, tal vida que ao não respeitar seu pacto com Deus já não era mais digna de existir.

Logo na primeira cruzada de forma surpreendente a Europa conquistara o seu objetivo atemporal mais profundo, a conquista da Terra Santa, contudo protegê-la e salvar os peregrinos que peregrinavam de todas as partes da Europa, desejando a salvação, terras, riquezas ou mesmo fugir de seus problemas em sua região, demandaria uma organização competente, que conseguisse um largo e eficiente contingente militar e recursos condizente dessa sua responsabilidade, que constantemente aumentara de proporções estando intimamente ligados as situações políticas e econômicas além de seus muros.

Com a conquista da Terra Santa e do aumento do fluxo de peregrinos houve um significativo crescimento da economia e dos perigos, visto que as pessoas que desejavam ver Jerusalém necessitavam de comida, vestes, proteção e moradias gerando um mercado internacional de produtos, contudo tal expedição que necessitava carregar uma quantia considerável de riquezas eram vítimas de ataques, roubos e em alguns casos de sequestro para escravidão. Tal medo de não apenas seus recursos estarem em

perigo, mas como sua vida e liberdade instigaram um verdadeiro pavor social mesmo após a expulsão dos mulçumanos da Palestina.

Mesmo em sua chegada a vida dos peregrinos em Jerusalém não era fácil e/ou segura, expostos por várias doenças e perigos, visto que estariam cercados de inimigos em uma região completamente nova para a cristandade, o baixo contingente militar incapaz de garantir segurança aos peregrinos e preservar a Terra Santa só demonstrava a necessidade por homens prontos a resistir as invasões mulçumanas.

A criação dos Cavaleiros de Cristo foi diretamente influenciada por esse medo e insegurança que a população sentia nas estradas, um verdadeiro pavor estimulado pelos constantes assaltos a caravanas, que eram vítimas de estupros, assassinatos, saques ou raptos para servirem de escravos, essa violência poderia ser direcionada a todos mesmo contra peregrinos e clérigos indefesos.

Hugo de Payns, conde de Champagne, conhecido e renomado cavaleiro da primeira cruzada, desejoso de proteger os peregrinos e a Terra Santa que em estância espiritual eram as razões de todo o movimento cruzadista e de proteger sua alma da danação criou conseguindo o posterior aval da Igreja uma ordem leiga, militar e monástica que futuramente seria conhecida como templários.

O início propriamente da ordem dos Templários não fora muito bem documentado, afinal não deveria chamar a atenção de curiosos uma guarda tão pequena, deixando os documentos a serem escrito *a posteriori* do evento, ainda sim preenchidos de um louvor aos templários que revestem tais afirmações de dúvidas.

Na estória escrita pelo um bispo Guilherme de Tiro, o início dos templários seria composto por nove cavaleiros<sup>62</sup>, sendo um dos mais importantes Hugo de Payns e Goldofredo de Saint Omer, o primeiro viria a se tornar o primeiro mestre templário, segundo o religioso tal ordem em seu início não possui nenhum estabelecimento ou domicílio permanente<sup>63</sup>, todos mesmo assim fizeram um juramento para Cristo, prometendo esquecer seus desejos carnavais e seus pecados, pois sua vida de outrora não mais condizia com suas funções de protetor os peregrinos cristãos e da Terra

---

<sup>62</sup>Este mísero contingente de apenas nove cavaleiros nos parece mais um mito do que a realidade, pois apenas estes números de homens não possuiriam a capacidade de proteger de ataques os peregrinos ou mesmo de garantir sua eficácia em combate.

<sup>63</sup>HAAG, Micharel, *Os templários história e mito: Um guia histórico-cultural dos templários, do Templo de Salomão à maçonaria*, São Paulo: Prumo, 2009.



Santa, ganhando doações e gratificações do rei de Jerusalém: roupas, armas, renda fixa em uma busca de melhor capacitar tal ordem em um momento que era de extrema necessidade

Entre estes “presentes”, um possui um símbolo particular muito importante para a percepção de tal ordem, foi uma dádiva do Rei Babuino II de Jerusalém foi a entrega da mesquita que outrora pertencia a Al-Aqsa, que julgavam ter sido criada encima do tumulo e Templo de Salomão, conhecido na herança judaico-cristã por ser considerado um dos reis mais sábios que já viveu, usando-a como propaganda rapidamente se intitularam os Pobres Soldados de Cristo e do Templo de Salomão<sup>64</sup>.

Graças a uma grande fragilidade militar o Reino de Jerusalém constantemente era assolado por diversas pequenas campanhas contra os peregrinos, enxergando esse problema Balduino II envia Hugo de Payns como ancião dos templários para recrutar homens e bens matérias para a proteção da Terra Santa.

É evidente a preocupação e interesse do rei com os templários, visto que enviou cartas para um dos homens mais conhecidos e influentes do período Bernardo de Claraval, desejando que o ajudasse a conquistar o apoio do Papa e do alto clero, obviamente ambicionando os recursos e a sacralização tão cara ao movimento. O crivo da Igreja a Ordem dos Templários garantir-lhes-ia simbolicamente um enumerado de direitos, estimulando de forma vertiginosa o crescimento da ordem, logo que a partir desse momento em cada campanha os fiéis compreenderiam que ali estavam homens temente ao Deus da Igreja.

Projeto bem aceito pela Igreja oficializado em 1120 em Nablus, em uma reunião realizada por aristocratas e importantes integrantes do clero, conquistando inúmeros recursos e doações da própria Igreja e dos poderes laicos que se interessavam na manutenção das Cruzadas e de toda sua ideologia, começa a ganhar terras, recursos e doações das mais diferentes regiões, principalmente após o *Omne Datum Optimum* (1129), que garantia o direito dos templários em convocar seus próprios padres, monges e eleger seu próprio líderes<sup>65</sup>, sendo apenas obediente ao próprio papa.

---

<sup>64</sup> HAAG, Micharel, *Os templários história e mito: Um guia histórico-cultural dos templários, do Templo de Salomão à maçonaria*, São Paulo: Prumo, 2009.

<sup>65</sup> A capacidade em escolher seu próprio líder garantiu aos templários relativa autonomia e auto-suficiência, devendo responder apenas o papa possuíam o privilégio de tomar grandes decisões seguindo seus próprios métodos e anseios.

Uma guarda militar permanente, prática, religiosa e treinada com o único objetivo de proteger os cristãos das ameaças dos mulçumanos e invasores, composta por cavaleiros dignos e honrados, que poderiam auxiliar os Hospitalários em sua assistência aos peregrinos que pela Terra Santa buscavam e combater os mulçumanos. Modificando os preconceitos do cristianismo a respeito da guerra, a violência ganha um contorno de peça instrumental da sociedade, logo que dela parti a capacidade de transformar os poderes em nível micro e macro em cada região que toca.

No entanto, um questionamento deve ser realizado, como este corpo de cavaleiros que por premissa seguiam os desmandos do Novo testamento deveriam acalmar sua consciência logo que matavam? Como garantir a eficiência, controle e austeridade de uma ordem monástica militar sem distanciá-la dos preceitos bíblicos e da espiritualidade do período?

São questões da qual a Igreja e com particular fervor e paixão Bernardo de Claraval teriam o desejo de solucionar, para melhor utilização da força militar que a já precária Jerusalém necessitava para se salvaguardar de invasões mulçumanos, a própria percepção sobre violência tinha que ser drasticamente modificada.

Como já foi apresentado nesta pesquisa, cada ação e contra ação que busque o apoio dos seus pares necessita obrigatoriamente de um discurso condizente com a tradição e anseios da comunidade abordada, que legitime suas mais variadas funções, em última instância sua existência como corpo particular da sociedade, logo a criação de uma instituição militar que buscava proteger toda a comunidade cristã necessitava desenvolver uma justificativa para a sociedade e principalmente para seus próprios integrantes de que seus atos eram justos e aceitos, foi necessário uma verdadeira “legitimação espiritual” acompanhada com uma sacralização da violência para facilitar o controle e o estímulo dos homens a guerra, logo o assassinato dos mulçumanos que poderiam colocar em perigo as conquistas das Cruzadas.

Enxergando essa necessidade ideológica para o crescimento e a melhor eficácia de sua ainda rudimentar Ordem, Hugo de Payns solicita três vezes a Bernardo de Claraval para ser seu depoente nessa causa, que possivelmente reconhecendo a importância da Ordem e do conflito teológico por ela cometido custa a responder, contudo anos mais tarde desenvolve o arcabouço teórico-teológico que serviria de base

estrutural de toda a mentalidade Templário *De la exelencia de la nueva milicia: dirigido a los caballeros templarios de Jerusalén*.

Bernardo de Claraval, monge cisterciense na França, filho de um cruzadista era um daqueles raros indivíduos que conseguia agregar influência física com capacidade de mover pessoas para alguns determinados fins. Um dos homens mesmo antes da ordem dos templários mais importantes da Europa, filho de um cruzadista e fortemente influenciado pela vida monástica que fora incumbido, buscava a todo custo unificar esses dois até então diferentes modos.

Com sua narrativa eloquente idealizou nos Templários os cavaleiros de fé inabalável, símbolos da transformação monástica a prática militar. Teria sido ele que conquistou o imenso apoio tão caro para Ordem templário crescer e se legitimar, talvez sem sua ajuda tal ordem nunca tivesse chegado a mínima parcela do poder que em seu auge possuiu. Neste texto o autor ajudou a desenvolver na mente dos seus irmãos cristãos, a concepção até então metafórica de *Miles Christi*<sup>66</sup>.

O texto é dividido em duas formas claramente diferentes, porém que estão em consonância com um objetivo em comum. A primeira parte da obra descreve sua percepção a respeito da violência, justificando a existência de monges guerreiros e os diferenciando da cavalaria laica, revestida por Claraval como uma classe social poluída e pecaminosa. O tom apologético predomina na narrativa, vangloriando os Templários como uma Ordem extraordinária, que matavam e morriam em nome Deus, doando seu sangue, suor e força para a proteção dos espaços sagrados para o cristianismo e os peregrinos que buscavam a Terra Santa.

Mesmo que Bernardo exija para todos os Templários um tempo dedicado as orações e as práticas monásticas, o foco do seu tempo está no contato com as armas e na capacitação militar, prática até então impensável para um corpo monástico fazer, uma completa revolução da percepção de Agostinho e da ordem cisterciense. Na primeira parte dedica-se a reflexão de como tornar a ordem militar mais eficaz, modificando a

---

<sup>66</sup> Tal conceito já existia desde o Novo Testamento, porém a partir de Bernardo de Claraval este conceito foi transformado no sentido de um grupo militar, os Cavaleiros de Cristo.

percepção de violência e estruturando o tipo ideal<sup>67</sup> pra um verdadeiro cavaleiro de Cristo, considerando a obediência e austeridade o símbolo máximo de tal ordem.

Tais considerações refletem no cotidiano, estimulando homens focados em sua campanha militar, esquecendo desejos mundanos e mirando no aperfeiçoamento de sua função de matar os inimigos da fé e proteger tanto a Terra Santa quantos os peregrinos, função essa sacralizada por Bernardo. Uma verdadeira militarização da vida monástica, que, como já foi demonstrado nessa pesquisa, surgiu de uma evolução gradual da espiritualidade do período, se encaixando com as necessidades da Igreja para com os cristãos.

A última parte é uma reflexão a respeito dos diversos espaços considerados sagrados para o cristianismo, pois foram em algum momento tocados pela vida de Jesus Cristo, como: Belém, Nazaré, o vale de Josafat, o monte das oliveiras e o Santo Sepulcro. Todos estes espaços físicos segundo a percepção de Claraval, deveriam ser o símbolo máximo que uniria os Templários e justificariam sua existência. Enfatizando a importância teológica de tais espaços para a fé cristã, busca explicar para o cavaleiro a importância de sua função.

Tal atitude ante aos objetos e espaços materiais visa conectar os homens a fisionomia dos objetos, não apenas em sua característica visual, mas sim do símbolo que ele invoca, retirando-lhes da sua simples ordem e os impondo uma manifestação espiritual anômala de suas condições materiais, produzindo imagens, sentimentos e anseios em uma complexa cadeia que enxerga em rochas, espaços e territórios como um conjunto de “estratos de significação”<sup>68</sup>. Desvendar tais camadas de significado supostamente garante ao indivíduo se conectar ao seu símbolo, e na teologia cristã se conectar a Deus, um dos exemplos mais elucidados por Claraval seria o Santo Sepulcro, região onde supostamente o corpo de Jesus Cristo tenha sido enterrado.

Mais do que a procura de fatos abordados na obra, se trata nesta pesquisa de uma busca por um período e de um movimento cultural, de uma busca por uma modificação na estrutura do pensamento ético-teológico da própria sociedade, uma imagem que deveria ser transmitida para a melhor eficiência de uma missão que Bernardo de

---

<sup>67</sup> Um construtor ideológico do conjunto de características consideradas condizentes com os objetivos do indivíduo que a produziu, partindo de uma noção completamente abstrata buscando uma solução prática para a problemática.

<sup>68</sup> BENJAMIM, W. *Ursprung des deutschenträuerpiels*, GS. I, P. 228; Tradução de S.P. Rounaet, p. 69-70.

Claraval considerava incumbida a todos os cristãos. Em uma situação de conflito, a procura pela união seria a melhor forma de orientar a cristandade em direção dos novos horizontes de possibilidades, redistribuindo o sangue cristão derramado na Europa, para ser utilizado contra os mulçumanos. Em direção a um Novo Mundo, uma terra onde a Igreja determinaria o norte, possuindo como esqueleto os conceitos dos monastérios em conjunto das armas da cavalaria.

Seguindo essa concepção a obra de Bernardo de Claraval, é a base da hierarquia do poder e da estrutura de pensamento presente na Ordem dos Templários, analisar tal obra é estender o pano de fundo para uma percepção da religiosidade, horizonte de fatos e significações presentes na sociedade européia em pleno século XII.

Bernardo de Claraval, talvez seja o indivíduo mais representativo e com uma evidente capacidade de convencimento na comunidade crista que durante o intervalo de tempo que viveu na Europa Ocidental e cristã. Herdeiro de uma tradição beneditina e agostiniana, sensível a espiritualidade de seu tempo e com particular apego a noção de Cruzadas, afinal seu pai foi um cruzadista na primeira campanha, iria continuamente revitalizar as Cruzadas e o dever dos cristãos para com a proteção da Terra Santa, utilizando de seu poder de persuasão e de sua influência para constantemente conquistar apoio para a causa das Cruzadas e dos templários.

A carta escrita por Bernardo de Claraval, no início do século XII, elabora uma complexa rede de significado, normas e condutas que os verdadeiros monges-guerreiros deveriam seguir, não apenas mais para garantir a preservação de seu direito ao Reino do Céu, mas para entender suas capacidades como combatentes do inimigo da fé da Igreja, desenvolvendo um ideal bastante específico de guerreiro cristão. Os Templários deveriam ser indivíduos que precisariam coexistir em suas funções, a de pregador e a de guerreiro gerenciando seu tempo buscando o melhor aperfeiçoamento de ambas.

Logo no prólogo Bernardo se desculpa por ter demorado a criar o documento, visto que julgava necessitar refletir profundamente sobre sua causa. Esta demora pode nos ilustrar uma sensibilidade do abade de Claraval em reconhecer a dicotomia que existia nos genes da ordem militar com os preceitos do Novo Testamento<sup>69</sup>, porém ao melhor avaliar a situação se dedicou incansavelmente na causa de justificar e até mesmo

---

<sup>69</sup> De fato no começo de sua vida Bernardo acreditava na concepção agostiniana de “Guerra justa”, que deveria servir apenas para o combate defensivo e prático, contudo sua visão foi mudando com o tempo.

sacralizar estes homens que julgavam ser o verdadeiro símbolo e ideal de cristão guerreiro.

Sentindo a realidade da Europa, Bernardo de Claraval, busca solucionar o problema da violência que assolava o continente graças a cavalaria laica, com a introdução de um grupo guerreiro que serviria de modelo a ela, composta por homens dedicados exclusivamente a batalhar em nome de Deus contra seus inimigos ontológicos, os infiéis<sup>70</sup>, neste caso os mulçumanos e sarracenos. Um ser quase que sobrenatural que conseguia coexistir com as armas e a Bíblia, a classe dos monges guerreiros. Incumbindo a justiça do ato e os valores dos guerreiros a vitória, se for justo para Cristo ele lhe conceberá a vitória, porém se for injusto ele lhe garantirá a derrota.

Durante toda a obra impõe um tom de simplicidade e austeridade símbolos da ordem cistercienses. O ideal de Cavaleiro para o abade seria o indivíduo que estivesse sempre abito para o combate, ausente de interesses pessoais mundanos, austero e dedicado as práticas monásticas.

(...) Qué seguridad, repito, hay en la vida que aguarda la muerte sin temor alguno, que la desea con dulce tranquilidad y la acepta con devoción! (...) Tanta veces como entras en la pelea, tu, que combates en las filas de una milicia profana, debes temer matar a tu enemigo corporalmente y a ti mismo espiritualmente o quizás que el te pueda matar a ti en cuerpo y alma. La derrota o la Victoria del cristiano se debe valorar no por la fortuna en el combate, sino por los sentimientos del corazón.<sup>71</sup>

Um homem armado com sua espada, ungida com o poder da Igreja, treinado para o campo de batalha e consciente de seu papel e de sua função perante toda a sociedade cristã, os templários não deveriam temer a morte em campo de batalha ao contrário a desejaria, pois a maior de todas as recompensas seria lhe servida quando morresse o Reino do Céu e o amor de Deus. Em seu discurso apologético Bernardo intensifica o clamor pela batalha, a julgando fundamental para a proteção dos espaços físicos caros para o cristianismo.

Em uma forte sensibilidade com os anseios do seu tempo Bernardo discorda da tradição agostiniana a respeito da guerra, revolucionando a concepção que o corpo eclesiástico deveria perceber ou justificar a violência. Destituindo do combate e das

---

<sup>70</sup> O infiel seria diferente do herege, pois ao contrário do primeiro o segundo ainda possuiria uma ligação com a religião dominante, sendo apenas transformações dogmática.

<sup>71</sup> BERNARDO DE CLARAVAL. *De la excelencia de la nueva milicia Templaria*. Madrid: Siruela, 2005, p 854.

campanhas militares a concepção de ser de apenas de defesa ou de preservação, coroando a prática militar nas Cruzadas de uma essencial transcendental e necessária.

A concepção a respeito da guerra deixará de ser considerada pecaminosa e suja, passando a se tornar santa e sagrada, os homens que a combatiam não deveriam ter medo de quando matar um inimigo poluir sua alma, pelo contrário seria nas suas realizações no combate que ele conquistaria as recompensas espirituais, visto que matar um infiel não seria um assassinato e sim um *maleicídio*.

O guerreiro desejado por Bernardo não sentiria remorso ou dor na consciência ao matar, pelo contrário regozijava-se ao garantir o Reino do Céu a partir de sua ação militar, afinal é ao matar cada inimigo que ele protege os espaços sagrados para o cristianismo, pois é pela importância dos espaços físicos e da sua conexão com o divino que na concepção religiosa a cruzada existe. É neste tom filosófico e espiritual, porém com fins práticos que Bernardo concebe a cosmovisão dos templários.

Tal modificação não pode compreendida como uma revolução das justificativas eclesiásticas para a violência, pois ela é intimamente influenciado por conceitos muito próximos: A Trégua e Paz de Deus. Ambas buscava justificar e normatizar a violência, a primeira tentou garantir a proteção dos mais fracos e incapazes de lutar e a segunda que respeitasse dias sagrados para o cristianismo, ou seja, uma guerra justa para a Igreja já era possível no século X e XII desde que seguisse tais projetos políticos, o próximo passo da união da Igreja com a cavalaria foi a guerra santa, que foi introduzida por Urbano e incentivada por Bernardo no século XII.

Buscando a união do corpo militar com a Igreja, Bernardo propõe a introdução de uma cavalaria composta por homens dedicados a batalhar em nome de Deus contra seus inimigos ontológicos, que nesta batalha seriam os infiéis mulçumanos. Carregando um tom apologético, considerando a Milícia Templária como uma entidade quase sobrenatural estaria com eles o papel primordial de lutar nas novas guerras santas. Banhados pela proteção da Igreja e ungidos com a fé em Cristo, os templários seriam homens a serviço de Deus.

É uma nova forma de salvação<sup>72</sup>, a salvação e o perdão nas Cruzadas era garantida a partir do combate. Não importando mais seus pecados cometidos em vida,

---

<sup>72</sup> Como já foi visto nesta pesquisa este método de salvação já foi utilizado por outros clérigos, porém nunca em uma escala tão grande e institucionalizada quanto fora nas Cruzadas.

segundo Urbano II e Bernardo de Claraval ao peregrinar para Jerusalém seu passado seria esquecido, se o guerreiro fosse para as Cruzadas proteger a Terra Santa, matando os inimigos da fé receberiam a extrema unção e seus pecados em terra seriam completamente perdoados. Os defensores da Igreja agora poderiam utilizar de armas para serem merecedores do Reino do Céu.

Parte indissociável de um projeto político militar muito maior, a sacralização da violência surge com a clara intenção de incentivar as campanhas e garantir a Igreja o papel de controle as práticas militares.

Ao sacralizar o conflito em determinadas situações e momentos Bernardo garante à Igreja uma mobilidade discursiva muito mais eficiente, visto que em cada campanha os combatentes fieis desses preceitos desejariam a graça divina a sua espera, garantindo o desvio da violência da Europa para o oriente, revitalizando a economia, garantindo a Igreja sua função de coluna vertebral da sociedade e ainda criticando a cavalaria laica com suas guerras sem objetivos espirituais que apenas derramavam sangue cristão sem sentido.

A Cavalaria secular e sua conduta a respeito da violência, foi considerada frívola e pecaminosa por Claraval, visto que em suas guerras por interesses mundanos sangue de cristãos era desperdiçados, “envenenando” a alma do assassino e do assassinado, retirando o Reino do Céu de ambos por não proteger a vida de um irmão de fé. Em sua obra revesti a milícia secular como homens afeminados, que adornavam seu corpo com enfeites poucos condizentes com a prática da batalha, seu suposto egoísmo e desejo cego jogando continuamente em batalhas que não ajudavam a cristandade a crescer, apenas reproduzia um jogo de poder entre regiões e senhores feudais.

No entanto, os templários exemplos de guerreiros cristãos possuíam como foco central a luta pelos interesses de Cristo, matando seus inimigos, o adorando e obedecendo as ordens da Igreja. Os Templários seriam uma força militar que não se importariam com a beleza, glórias, terras ou riquezas, rejeitando qualquer característica que o atrapalhasse em batalhas ou efeminasse seu corpo, como cabelo longos, jóias e vestimentas, trajando roupas simples, como pessoas humildes e treinando constantemente para melhor aperfeiçoar sua função. Viver para o combate e adoração, esse era o mais profundo desejo de Bernardo de Claraval para os Cavaleiros Templários.



Os templários seriam a melhor manifestação dos guerreiros cristãos, a “*Militia Dei*” servindo de contra ponto para a “*Malicia Mundi*”, que era representada pela cavalaria secular. A transição do cavaleiro “anárquico” para o combatente nobre que combate em nome.

A maior diferença entre os cavaleiros seculares e os monges-guerreiros de um ponto de vista físico estaria no cotidiano e em seus anseios, logo que os cavaleiros de Cristo guardam completamente seu tempo a seus afazeres, condicionando seu tempo aos dois conceitos mais caros ao templário, a disciplina e obediência, como Bernardo de Claraval ilustra: “*Y también: la desobediencia es un pecado similiar a la práctica de la magia, y pecado casi igual al de la idolatría no querer obedecer...*” (BERNARDO DE CLARAVAL, 2005, 860).

Apesar de curta a citação é importante, pois esclarece a complexão relação entre o mundo real e os interesses por mudança, entre falsas e verdadeiras necessidades, uma distinção entre os simples guerreiros e os cavaleiros de Cristo. Se for fato que as ações são formadas historicamente, na medida em que a Igreja precisa urgentemente de homens para proteger a Terra Santa Bernardo de Claraval busca integrar a cavalaria, um grupo social já especializado a guerra as ordens da Igreja.

Ao considerar os desobedientes da fé como hereges, marginaliza todos os grupos sociais que estivessem fora da rede de controle da Igreja como forças a serem combatidos pelos verdadeiros fieis da cristandade, porém tal situação poderia ser solucionada com a disciplina e o perdão conquistado nos muros da Terra Santa.

Frente a isso a cavalaria laica desobediente as necessidades da Igreja como um grupo social herético, pois sua desobediência custa o sangue de cristãos de forma desnecessária, deve buscar continuamente adentrar aos desmandos da Igreja em busca de proteção de sua alma e valorização de sua função. Examina essa questão nos ilustra uma verdadeira busca pelo sentido da violência controlada, aplicada ao ritmo concebido pelo próprio corpo eclesiástico.

Contudo, para tal proteção da Terra Santa e tornar verdadeiramente eficiente era necessário o largo apoio da Cavalaria laica, pois eram os detentores de um significativo contingente militar, visto tal interesse Bernardo busca os convocar os fazendo perceber como suas batalhas são mesquinhas e frívolas, chegando a ser pecaminosas pelo fato de derramar na terra sangue cristão. Peregrinar para Jerusalém e servir a Igreja seria o

método mais eficiente para purificar tal alma, servindo com austeridade, simplicidade e disciplina a causa da cruzada.

(...) Por otra parte, cuando mata a un malhechor no debe ser conceptuado por homicida, sino, por decirlo de alguna manera, por malicida, por el justo vengador de Cristo en la persona de los pecadores y defensor de los cristianos (...) La muerte que él causa es un beneficio para Cristo y la que recibe de él es su dicha verdadera. Un cristiano se honra en la muerte de un pagano porque Cristo es glorificado en ella y la libertad del Rey de reyes se pone de manifiesto en la muerte de un soldado cristiano pues llama al soldado para ofrecerle su recompensa. Por esta razón, el justo se regocijará viendo la venganza consumada<sup>73</sup>.

Os cavaleiros laicos como um grupo social independente estaria contaminado com o pecado da desobediência, lhe restando apenas duas escolhas ao longo de sua vida: permanecer na desobediência e ser punido após sua vida terrena ou cruzar o campo de batalha a favor da Igreja na Terra Santa, onde conquistara a purificação de sua alma. A pretensão de guia, de direcionamento das ações dos sujeitos, dificultando a crítica e a insubordinação, gerando uma nova espécie de ideal de cavaleiro, um grupo social obediente e dentro do seio da Igreja.

É um erro interpretar o cruzadista como um simples soldado, que caminha com os olhos voltados apenas ao ouro, a prata e a glória. Deve-se compreender que o guerreiro almejado por Bernardo é de um homem que compreende e almeja as recompensas transcendentais que lhe serão entregues logo após a sua morte, em campo de batalha ou não eles possuíram todos os direitos as suas recompensas compradas com suor, calos e sangue e esses bens seriam de interesse completamente transcendental. O reino de céu estaria aberto, privilegiando os homens que participaram dessa campanha militar.

Homens que não temem a morte, que ao contrário a abraçam com um velho companheiro, pois sabem que o reino dos céus lhe foram prometido. A Igreja uniu todos os homens a uma força invisível e que a todos estavam condicionados a própria fé. Quando os cruzadistas se lançavam em batalha, estariam sendo seguidos e apoiados pelo Criador, que jamais permitiria a derrota ou humilhação, que os protegeria com o amor e força, afinal a sua caminhada era justa, era autorizada pela própria Igreja e por este mesmo Deus que criou o céu e a terra. Um indivíduo que ao mesmo tempo toca o mundo carnal, porém que seus olhos vislumbram o mundo transcendental, ou as tarefas que devem ser realizados para conquistá-lo.

---

<sup>73</sup>CLARAVAL, Bernardo. *De la excelencia de la nueva milicia Templaria*. Madrid: Siruela, 2005, p.857.

Bernardo ainda coloca que os templários não deveriam matar os pagãos se fosse possível de algum outro meio de impedir suas ofensivas contra a Terra Santa e suas constantes incursões contra os peregrinos, no entanto já que os infiéis são incapazes de fazer justiça e parar com tal “maldade” seria dever dos cristãos os matar para que a crueldade dos pecadores não ferisse os justos e fieis.

Para não existir confusões entre as duas milícias, Bernardo desenvolve em sua narrativa uma parte especificada destinada ao cotidiano dos cavaleiros templários, uma prova continua de seu sacrifício em sua busca por obedecer Deus e a Igreja. Desde as primeiras linhas já ressalta novamente que o fator primordial de tal ordem, e que a distingue de todas as demais é sua obediência e disciplina, logo que a desobediência nas escrituras era considerada um ato herético e pecaminoso.

Em seu dia-a-dia o monge-guerreiro viveria na mais completa simplicidade, em constante trabalho para melhorar suas duas funções na Terra, cansando o corpo e purificando a alma, fugindo das mais variadas tentações que poderiam tocar seus desejos mais profundos e espírito, pois eram proibidos de possuir propriedades particulares, mulheres e filho. Como monges deveriam aceitar o celibato, o casamento com a Igreja e a comunhão com Jesus Cristo.

Tal sistema ético-teológico como as Cruzadas buscava um sistema de méritos, não permitindo a subida na hierarquia por favorecimentos familiares ou por subornos, o crescimento de cada indivíduo deveria ser conquistado provando seu mérito na própria ordem<sup>74</sup>.

Quando chegar a hora do combate as riquezas são completamente inúteis, as pedras preciosas nada mais são do que peças baldias, que atrapalharam o foco do guerreiro que deve estar afiado para matar e não morrer. Na cavalaria de Cristo não deveria existir espaço para a vaidade, os cabelos deviam ser cortados para não atrapalhar a visão do cavaleiro ao usar o capacete, a armadura deveria ser alinhada e permitir o livre movimento, o fio da espada afiado e sem adornos frívolos. Obedientes, austeros e mortais, os monges guerreiros deveriam esperar o já futuro ataque dos infiéis, trajando a armadura da fé e levantando a lança em prol da cristandade.

---

<sup>74</sup>É pouco provável que tal sistema de méritos realmente funcionassem dessa forma na ordem logo no início, porém no século XIII já teria se tornando comum a conquista de espaço na hierarquia pelas influências familiares.

Escolha pela obediência, é apenas isso que separa um guerreiro cristão do pecado. Pelo menos segundo Bernardo de Claraval, um dos maiores e mais conhecidos- se não o maior e mais conhecido- homem do século XII. E ele desejou provar o seu ponto de vista eloquente demonstrando os templários como símbolo máximo de um uso da violência para um fim produtivo e merecedor. Mergulhar na mente desse monge cisterciense é analisar a transformação da percepção da justificativa da violência dentro do próprio corpo eclesiástico, do pecado ao sagrado, do “sujo” ao “puro”, da guerra justa a um fim sagrado. A violência esteve e sempre estará condicionada aos seres humanos onde é produzida, uma união simbiótica muito ampla, própria e única, nada mais que isso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe trabalho concluído no ramo da historiografia, logo não terminarei com conclusões, mas com considerações finais que anseiam por maior pesquisa. Um “fim” que se projeta como “início” de um próximo trabalho mais árduo e completo.

O debate acerca da violência é tão resistente quanto atraente. O diálogo icônico entre uma doutrina desenvolvida para ser pacífica com a guerra traduz um dilema moral que adentra a História da humanidade, não sendo único da sociedade medieval, porém possuindo nesse tempo e espaço específico uma particularidade que garante um extenso horizonte de reflexão. A essência da cristandade exposta sobre um pano de fundo que se conectavam em relações intercambiais.

Debatemos através do recorte e exposição dos mais variados discursos eclesiásticos a respeito da violência um enumerado de práticas políticas que percorreram os séculos do denominado período medieval, uma perspectiva nem sempre consoante mesmo dentro do próprio seio da Igreja.

Visualizamos a violência, de acordo com o contexto social em que ela fora produzida, possibilitando uma reflexão sobre a rede de significados e apropriações dos poderes eclesiásticos. Enxergamos como o discurso é construído e logo em seguida reestruturado, rejeitado ou aceito, não como uma manifestação maniqueísta, mas como uma reafirmação da identidade particular do grupo em que fora fruto.

Neste constructo especulativo, mas jamais completamente verdadeiro, a Igreja e o corpo eclesiástico possuíam o papel de fio condutor da percepção ético-teológico da comunidade cristã, determinando os jogos de valores, inferências, conclusões e, se for o caso, justificativas de que cada indivíduo deveria possuir sobre cada tema. Herdeira de uma tradição judaica-romana encontrou respaldo no Império Romano e perpetuou seu poder durante todo o período medieval, possuindo em alguns momentos debatidos nessa monografia o papel de tornar suportável ou aceitável a guerra para os cristãos.

Por um lado a Igreja se colocou como corpo protetor das Escrituras e dos ensinamentos de Jesus Cristo a respeito do pacifismo total, por outro, fomentou em alguns períodos um discurso que em última instância era violento, um diálogo frequente visto a necessidade da instituição social precisar reavaliar seus preceitos para cada

tempo e espaço. Uma historicidade particular que revela a visão que a própria sociedade possuía a respeito da guerra e violência.

A violência na Bíblia possui uma maior expressão no Antigo Testamento, tradição judaica que concebia um Deus mais violento e autoritário, onde em várias passagens o povo escolhido deveria se dedicar a guerra para chegar aos fins escolhidos por ele. Contudo, no Novo Testamento tal imagem é completamente reinterpretada, visto que Jesus Cristo, seu maior símbolo defendia a pacificação completa, não apenas para os fieis, mas para todos os seres humanos.

De fato, não ignoramos o fato de estar no âmago da Igreja como herdeira de tais ensinamentos: o amor pela vida e o repúdio a guerra. Contudo tomamos como caminho que a oficialização da Igreja durante o século IV a transformou, visto que a partir desse momento ela passará a ser a protetora de um Império em um período caótico e violento. A partir da oficialização as preocupações com relação a proteção da comunidade cristã exigiram uma alteração imediata de tal preceito teológico, logo que se tornava impensável proteger um Império que sofria constantes ataques sem o uso da violência militar.

A realidade e o mundo em que estava imerso modificaram-se, exigindo que a Igreja atuasse como uma instituição social que deveria reestruturar suas interpretações sobre seus preceitos teológicos, justificando a violência em Santo Agostinho como a única forma de se proteger de ataques vindos de povos “estranhos” à sua cultura. Matar deixará de ser incompreensível para os cristãos, proteger seus irmãos de fé era mais importante que a vida de seu inimigo. É na perspectiva da guerra justa que a primeira justificação da violência para a cristandade é criada, se tornando uma perspectiva recorrente a própria Igreja.

Ponderou-se também que durante o período medieval não existia espaço que separava a religião da política, não permitindo a dicotomia entre esses dois fenômenos sociais, contaminando cada pensamento teológico de uma influência direta sobre os diferentes problemas políticos de sua região. Um círculo fechado, não pacífico e heterogêneo que produzia e reinterpretava tradições, pensamentos e dogmas, criando por consequência a percepção da guerra e violência

Ressaltamos a importância da Cavalaria como corpo militar heterogêneo e complexo, classe de guerreiros que a partir do século XI já conquistara um papel

importante no jogo de poder medieval. Uma classe social de guerreiros, detentores de um significativo acúmulo de poder em suas mãos, sedentos por relembrar um idealizado passado glorioso de conquista, onde a violência possuía uma conduta pré-determinada e que garantia a melhor eficiência desse sistema. Graças a força militar, econômica e política da cavalaria foi necessário um diálogo mais próximo entre a Igreja e a violência.

A violência aos poucos deixaria de ser considerada apenas defensiva e pecaminosa, de maneira prudente a Igreja constantemente em vários discursos como a Paz e a Trégua de Deus buscou direcioná-la ou normatizá-la. Enxergamos tais projetos políticos que tiveram como objetivos de determinar dias e alvos para a cavalaria combater como uma normatização da violência pela Igreja, afinal os guerreiros a partir do século XI já seriam aceitos desde respeitassem regras escritas pelo próprio corpo eclesiástico.

Tal recurso demonstrou que a guerra e a violência já não mais seriam vistas pelo corpo eclesiástico como algo incoerente com o ideal de cristão, os cavaleiros não seriam “maus” guerreiros, apenas homens que deveriam aprender a obedecer as vontades da fé da Igreja. Um tratamento de respeito recíproco que remete a necessidade de padronizar a violência, para logo em seguida incorporá-la sobre o seio da Igreja.

Nesse sentido, o Papa Urbano II e com maior fervor Bernardo de Claraval iriam se dedicar a uma evolução da normatização da violência assistida no século X e XI, buscando uma sacralização da guerra. A mentalidade foi transformada, o papel do guerreiro cristão também, a partir das Cruzadas cada fiel à Cristo deveria lutar, matar e morrer contra os demônios terrenos, os infiéis. Uma extensão da luta transcendental que começou no início dos tempos entre as forças de Deus e as hostes do demônio. A supernaturalidade dos fenômenos agora estava conectada com os interesses políticos, uma manifestação concreta da espiritualidade do período.

As Cruzadas e a guerra santa foram compreendidas como um amadurecimento de uma ética-teológica já em processo, substituindo a guerra justa defensiva idealizada por Santo Agostinho por uma manifestação mais agressiva e ofensiva. Enxergando nas Cruzadas uma oportunidade de direcionar a violência de dentro da Europa para o Oriente “infel”, a Igreja constantemente estimulou o desejo dos homens pela salvação e

responsabilizou a Cavalaria pecaminosa pelas suas lutas mundanas para peregrinar rumo à Jerusalém e conquistar seu perdão pelas armas.

Pode-se ter fé sem violência, como, violência sem fé, contudo a sacralização da guerra ilustra uma conexão direta entre esses dois fenômenos sociais para o contemporâneo do século XII. A violência é novamente revestida de um combate contra o diferente, o inimigo da fé, o representante do demônio na terra. A Igreja incumbirá a todos os homens tementes a Deus de respeitar suas vontades e expulsar tais indivíduos da Terra Santa. Uma violência necessária para transformar, somadas às características culturais do período garantiu um movimento popular que conquistou Jerusalém e a protegeu por séculos.

Conclui-se que as Cruzadas em suas mais diversas motivações e anseios eram manifestações concretas de uma sociedade que unia o sobrenatural com o cotidiano dos homens, em uma procura contínua por expandir seus horizontes empíricos em uma procura por satisfazer o sobrenatural, suprimir as deficiências internas da Europa e conquistar definitivamente o caráter universalista preconizado desde o início da Igreja.

Esta monografia demonstrou conforme foi apresentado inúmeras vezes ao seu decorrer, que a tradição e os preceitos religiosos possuem em qualquer período e espaço uma embrionária conexão com o mundo que o cerca, uma realidade multifacetada e dinâmica, na medida em que novas descobertas empíricas e interesses sociais desenvolvem obrigatoriamente novas interpretações conceituais. Cada manifestação social e todo discurso eclesiástico condizia mesmo que inconscientemente as condições e os anseios da sua região, tornando os movimentos de justificação da violência e os movimentos cruzadistas apenas uma manifestação concreta de uma tradição já existente.

Logo, na interlocução entre sentimentos e interesses enxergamos a sacralização da violência produzida e defendida com tamanho fervor por Bernardo de Claraval como uma manifestação da realidade que o toca, um desejo do Santo em desviar o clamor pela batalha dos homens a um objetivo comum, buscando colocar a cavalaria em união com o clero que deveria ansiar pela salvação conquistada apenas com o sacrifício na Terra Santa, projetadas sobre a imagem dos Cavaleiros Templários.

Mais do que apenas uma forma de manipular os homens para as Cruzadas, a sacralização da violência enxergada por Bernardo de Claraval sentia a necessidade de garantir ao fato das Cruzadas um sentido aceito por todos os cristãos. É esta fé nos



Templários, com seus ritos e liturgias que para o monge cisterciense estava manifestado a imagem do cavaleiro de Cristo, um homem que desafiava as hostes dos infiéis sem medo, sedento por proteger a cristandade, inflamado pelo espírito de Deus e pelo seu árduo treinamento que protegeram a Terra Santa e o Reino do Céu para todos os cristãos.

Compreendemos que a partir de Claraval a imagem e o papel do cristão seriam alterados vertiginosamente, possuindo os Templários como exemplos os homens deveriam marchar rumo a Jerusalém para matar os inimigos da fé. Sob a promessa da salvação pelas armas, os homens deveriam marchar, matar e morrer pela fé, uma ideia completamente oposta da compreendida pela Igreja no início de sua formação. No século XII a espada era o melhor meio para conquistar a salvação.

Compreendemos nesse estudo a violência como um conceito humano detentor de muitas formas e interpretações que em sua instância mais íntima nada mais é do que uma questão de poder legitimada ou condenada pela própria cultura, um poder aprendido e incorporado por várias gerações, cada uma delas reinterpretando tal tema sob as luzes de sua nova realidade. Uma construção social que está intimamente ligada a concepção de mundo da sociedade em que ela está inserida, um fenômeno social perene e simbiótico no horizonte de relações entre os homens, garantindo um jogo de poder onde as instituições temporais e atemporais constantemente estariam se confrontando pelo direito a discriminar o melhor uso para a violência.

Em uma forma muito próxima da realidade atual, a violência estava ligada a um jogo de poder amplo e heterogêneo, constantemente direcionado para grupos étnicos e sociais que seriam caracterizados como “diferentes”. Assassino/vítima ou justiça/injustiça são conceitos que estão condicionados a discursos, uma extensão das tradições que a legitimam sobre condições aceitas pelos integrantes da sociedade. É na percepção sobre a violência que é possível enxergar uma vinheta para uma sociedade que em sua plenitude se apagou, analisando a discrepância entre a teoria e a realidade, visualizando os paralelos de poder e a partir disso entendendo melhor a mecânica exposta ou não das pessoas e da sociedade em que elas habitam.

## Referências bibliográficas

### FONTES:

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulinas, 1990.

BERNARDO DE CLARAVAL. Apresentação de Javier Martín Lalanda. *Elogio de la nueva milicia templaria*. Madrid: Siruela, 2005.

\_\_\_\_\_. De la excelencia de la nueva milicia. In:\_\_\_\_\_. *Obras completas de San Bernardo*. Edición Española preparada por el P. Gergorio Diez Ramos, O.S.B. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955. 2v. V. 2. p. 853-880.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus: contra os pagãos*. Petrópolis, Vozes, 1999. v. I. z.

### BIBLIOGRAFIA

ALINE, Tereza Pereira de Queiroz, *Discutindo a história: as heresias medievais*. São Paulo, 1988.

ALVARO, Bruno Gonçalves. Um estudo sobre a atuação guerreira dos bispos-senhores nos séculos XI e XII: desmembramentos da pesquisa, *Roda da Fortuna, Revista eletrônica sobre Antiguidade e medievo*, 2014, Volume 3, Número 1-1 (Número especial), pp. 10-31. ISSN:2014-7430.

ASTARITA, Carlos. *Las Tesis de Alain Guerreau*, Universidade de Bueno Aires, 2003-2004.

AURELL, Jaime. *El Nuevo Medievalismo y la Interpretación de los Textos Históricos*. Hispania: revista Española de Historia, Madrid, v. 66, n. 224, p. 809-832, septiembre-diciembre, 2006.

BASCHET, Jerome. *A civilização Feudal: do ano mil a colonização à colonização da América*, São Paulo: Globo, 2006.

BARTHÉLEMY, Dominique. *Vassaux et fiefs dans la France de l'an mil*. In: BAGGE, Sverre; GELTING, Michael H; LINDKVIST, Thomas. (Eds.). *Feudalism: New landscapes of debate*. Turnhout: Brepols Publishers, 2011. p. 57-75.

\_\_\_\_\_. *A cavalaria: Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Senhorio*. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 2, p. 465-476.

\_\_\_\_\_. *Parentesco*. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Dir.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 4v. V. 2: Da Europa feudal à renascença. Organização de Georges Duby. p. 96-161.

\_\_\_\_\_. *¿Revolución o mutación feudal? Una crítica*. In: ESTEPA, Carlos; PLACIDO, Domingo. (Coords.); TRIAS, Juan. (Ed.). *Transiciones en la antigüedad y feudalismo*. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998. p. 117-129.

\_\_\_\_\_. *La théorie féodale à l'épreuve de l'anthropologie*. Annales. Histoire, Sciences Sociales. Paris, 52e année, n. 2, p. 321-341, 1997.

\_\_\_\_\_. WHITE, Stephen D. *The "Feudal Revolution"*. Past and Present, Oxford, n. 152, p.196-223, aug. 1996;

BARTHÉLEMY, Dominique. *La mutation féodale a-t-elle eu lieu?*. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, Paris, 47e année, n. 3, p. 767-777, 1992.

BASTOS, Mário Jorge da Motta, *O feudalismo: uma mentalidade medieval? Ponderações a partir de um artigo Georges Duby*, Universidade Federal Fluminense: 2013

BENJAMIM, W. *Ursprung des deutscentrauerpiels*, GS. I, P. 228; Tradução de S.P.Rounaet, p. 69-70.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BISSON, Thomas N. The “Feudal Revolution”: Reply. Past and Present, Oxford, n. 155, p. 208-225, may, 1997.

BOUHOT, Jean-Paul, “*La bibliothèque de Clairvaux*”, Bernard de Clairvaux- Histoire, Mentalités, Spiritualité, Éditions Du Cerf, Paris, 1992.

\_\_\_\_\_. *Medieval Lordship. Speculum*, Cambridge, v. 70, n. 4, p. 743-759, oct., 1995.

\_\_\_\_\_. *The “Feudal Revolution”*, Past and Present, Oxford, n. 142, p. 6-42, feb., 1994.

\_\_\_\_\_. *The Problem of Feudal Monarchy: Aragon, Catalonia, and France*, Speculum Cambridge, v. 53, n. 3, p. 460-478, jul. 1978.

\_\_\_\_\_; BONNASSIE, Pierre. et al. *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo (siglos X-XIII)*. Barcelona: Crítica, 1984

BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Media: o século XII*.

CARLOS, Antônio dos Santos, *História, pensamento e ação/ Organização de Antônio Carlos dos Santos- São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2006.*

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada IN: LE GOFF, Jacques; SCHIMIDT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP:EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 1.p.475.

CASSIA, Rita Pilozi. *O papel da contemplação no Projeto social e educativo de Bernardo de Claraval*. Maringá:2014.

CONSTABLE, Giles. *The place of the crusader in medieval society*. In: Viator (Medieval and renaissance studies). Princeton, New Jersey: v.29, 1998, p.377-403.

DAVY, Marie-Madeleine, *Bernardo de Claraval: Monge de Cister e mentor dos Cavaleiros Templários*. Lisboa: Ésquilo, 2006.

DEMURGER, Alain. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

DUBY, Georges. *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_. O ano mil. Lisboa: Edições 70, 1986.

ESPINOSA, Fernánda, *Antologia textos históricos medievais*. Livraria Sá da Costa, 1976.

ENDERS, *Bernardo de Claravaux - um mestre do amor*. In KOUBUCH, Theo(org!). *Filosofia na Idade Media*.

FRANCO Jr, Hilário. *A idade Média: o nascimento do Ocidente medieval*. São Paulo. Brasiliense: 2006.

\_\_\_\_\_. *Feudalismo: Uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa*, São Paulo: Moderna, 1999, p. 78.

FRANSCISCO, José Meirinhos, “*A filosofia no século XII: Renascimento e resistências, continuidade e renovação*”. Portugal.

FLORI, Jean, “*A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da idade média*”.ed. Madras. Brasil, 2005.

HAAG, Micharel, *Os templários história e mito: Um guia histórico-cultural dos templários, do Templo de Salomão à maçonaria*, São Paulo: Prumo, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JORDÃO, Antônio Eduardo. *Agostinho: Educação e fé na Cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2009.

KANT, Imanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

LALANDA, Javier Martín. *El Temple y San Bernardo*. In: BERNARDO DE CLARAVALL. *Elogio de la nueva milicia templaria*. Madrid: Siruela, 2005.

LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_, Jacques, *Les Intellectuels ou Moyen Âge*, Édition du Seuil, Paris, 1957. Vd.tb. edição portuguesa- Os intelectuais na Idade Média, Ed. Gradiva, Lisboa, 1990.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*.

LECLERCQ, Jean, "Introduction à quelques études sur St. Bernard", Collectanea Cisterciensia XXXVI, 1974.

LECLERCQ, Jean, *Bernard de Clairvaux*, Ed. Desclée, Paris, 1989.

LECLERCQ, Jean., "L'attitude spirituelle de S.Bernard devant la guerre", Collectanea Cisterciensia, Revue de spiritualité monastique, T. 36, 1974, nº3.

PERNOURD, Régine. *Elogio de la nueva milicia templaria: Los templarios*. Siruella: 2006

GARCÍA, Francisco Fitz. *La Edad Media: guerra e ideología (justificaciones religiosas y jurídicas)*. Madrid: Silex, 2003.

GUIBERT DE NOGENT. *Histoire des Croisades*. II. Éd. Guizot, 1825, Paris, pp. 46-52. HISTORIE Anonyme de la Première Crusade (*Gesta Franco Francorum et aliorum Hierosolimitanum*, c. 1099), Editée et Traduite par L. Bréhier, « Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge », Les Belles Lettres, 1964, Paris (Versión bilingüe latín-francés), p. 3-205. Trad. Del francés por José Marin R.

GUIJARROS, Garcia Ramos, Luis. *Papado, cruzadas y órdenes militares: siglos XI – XIII*. Madrid: Cátedra, 1995.

SOUZA, Neila Matias, *Cavalaria, igreja e sociedade na idade média do século XIII*. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743072\\_ARQUIVO\\_artigoanpuhRioNEILA.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743072_ARQUIVO_artigoanpuhRioNEILA.pdf) VILLAMARIZ, Nuno Oliveira, "O ideário de São Bernardo e a sua influência na Arquitectura Militar templária".

TADEU, Bruno Salles, *A intervenção Gregoriana na cristandade: a vassalagem de São Pedro e o dominium Pontifício (1075-1088)*, 2011.

MOLIN, Jean, *“L’Interprétation des texts”*. Paris: éd. De minuit, pp. 9-52.

MELLO, José Roberto. *O Cotidiano no Imaginário Medieval*. São Paulo, Contexto, 1992.

MICCIOLI, Giovanni. *Os monges*. Lisboa: Presença, 1989.

MIELE, André Amado. *Graal: O caminho do Guerreiro. Uma análise imagético-antropológica do mito do herói*.

REUTER, Timothy Reuter; WICKHAMN, Chris. The “Feudal Revolution”: Reply. Past and Present, Oxford, no. 155, 1997.

RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977. v. II.

VEDEL, Valdemar. *Ideales de la edad Media: Vida de Los heroes*. Editorial Labor, S.A.: 1946.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

ZAKAR, Policarpo. *A fundação do mosteiro de Cister*. In: ESTEVA, Maurus. Para conhecer melhor a ordem cisterciense. Roma: Cúria Geral da Ordem Cisterciense, 2001.